

v. 12, n. 22, 2023

CADERNOS

DE ESTUDOS SOCIAIS E POLÍTICOS



EXPEDIENTE

Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ)

Instituto de Estudos Sociais e Políticos (IESP)

Equipe Editorial

Editora-Chefe

Juliana Soares Pacheco Munhoz

Editor Adjunto

Guilherme Dall’Orto Rocha

Editora Científica

Juliana Tardem

Capa, layout e diagramação e foto

Juliana Tardem

Juliana Soares Pacheco Munhoz

Editores Associados

Alan Paulo Maurano Savedra

Edson Lugatti Silva Bissiati

Emanuel de Jesus Correia Semedo

Frederico Augusto Auad de Gomes Filho

Gustavo Dias

João Antonio Dias

Júlia Furtado Reis

Luan Cardoso Ferreira

Marcelo Reis Filho

Thaís de Almeida Lamas

CATALOGAÇÃO NA FONTE

UERJ / REDE SIRIUS / BIBLIOTECA CCS/D – IESP

Cadernos de Estudos Sociais e Políticos [recurso eletrônico]. – v. 1, n. 1 (2012-). Rio de Janeiro, RJ: Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Instituto de Estudos Sociais e Político, 2012-

1 recurso online: il

Periodicidade semestral

e-ISSN: 2238-3425

Disponível apenas online

Título abreviado: Cad. Est. Soc. Pol.

Título e resumos em português e inglês

1. Ciências Sociais – Periódicos 2. Ciência Política – Periódicos. 3. Sociologia – Periódicos.
I. Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Instituto de Estudos Sociais e Políticos

CDU 32:316(05)

Rosalina Barros CRB-7 / 4204 - Bibliotecária responsável pela elaboração da ficha catalográfica.

SUMÁRIO

5

EDITORIAL

6

DO PROBLEMA AO PLEBISCITO: O PROJETO DE
EMANCIPAÇÃO DA BARRA DA TIJUCA

Sarah Beatriz Oliveira do Nascimento

31

DRAMAS COREANOS E REPRESENTATIVIDADE: DISCUSSÕES
SOBRE CULTURA E QUESTÕES DE GÊNERO

Amanda de Moraes Silva

52

FORMAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL: DISCIPLINAS QUE
DEBATEM AS OPRESSÕES DE GÊNERO, RAÇA E DIREITOS HUMANOS

**Mayara Augusta Monteiro Ramos, Olivia Irine Reis Santos e Tereza Cristina
Santos Martins**

68

O ROMPIMENTO DE LIST COM A ECONOMIA POLÍTICA
CLÁSSICA: REFLEXÕES SOBRE AS CRÍTICAS DIRECIONADAS A ADAM
SMITH

Diego Eymard

EDITORIAL

2024 foi um ano intenso para a Cadernos. Foram 66 submissões em duas chamadas diferentes, com cinco publicações completadas (uma delas publicada já em 2025, após o recesso de final de ano). Durante o último ano, a Cadernos ganhou uma identidade, um planejamento de curto e longo prazos, manuais, diretrizes e um estatuto interno aprovado em congregação pela direção do Instituto. Recomeçar nos deu a oportunidade de honrar a nossa história ao mesmo tempo em que construímos do zero uma revista que se pretende inclusiva, aberta, transparente e voltada para o futuro. Seguimos o exemplo da Revista Dados e passamos a solicitar aos autores, logo na etapa de submissão de artigos, as rotinas computacionais de seus trabalhos, inspirados no movimento de ciência aberta, que incentiva a transparência no processo científico. Exigimos, em nossas diretrizes, que os autores adicionem descrições de imagens e gráficos para democratizar a leitura dos nossos artigos. A Cadernos, como revista discente, é acima de tudo um criadouro de ideias e de experiências. Todo o trabalho realizado durante esse último ano contou com as mãos e os cérebros de dezessete pessoas, que se dividiram entre o já demandante trabalho acadêmico e o processo intenso de reconstrução da revista. Naturalmente, há ainda muito o que ser feito, mas nos orgulhamos dos passos que tomamos em 2024 neste nosso pequeno e esperançosamente crescente espaço.

Juliana Tardem
Editora Científica, 2023-4

DO PROBLEMA AO PLEBISCITO: O PROJETO DE EMANCIPAÇÃO DA BARRA DA TIJUCA

From the problem to the plebiscite: The Barra da Tijuca emancipation project

Sarah Beatriz Oliveira do Nascimento

Licenciada em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e recém-egressa no programa de mestrado em Sociologia do Instituto de Estudos Sociais e Políticos. Integra o Laboratório de Estudos da Cidade (URBANO - UFRJ) desde 2020 e também participa das discussões e eventos do grupo CASA, no IESP.

Resumo

Este artigo tem como objeto a emancipação da Barra da Tijuca, levada a plebiscito na década de 1980 e retomada em 2022. A movimentação deste plano faz parte da história da cidade do Rio de Janeiro e levou à criação de grupos de discussão que ainda não foram explorados. A análise está focada na Barra da Tijuca, que de acordo com as pesquisas de mercado, é um dos bairros que mais crescem no Rio de Janeiro. A partir de uma investigação qualitativa, a elaboração tem o objetivo de identificar os agentes do projeto de emancipação do bairro, suas motivações, relações e estratégias nas décadas de 1980 e de 2020.

Palavras-chave: Barra da Tijuca; municipalização; estudos urbanos

Abstract

The subject of this article is the emancipation of Barra da Tijuca, which was taken to a plebiscite in the 1980s and resumed in 2022. The implementation of this plan is part of the history of the city of Rio de Janeiro and led to the creation of discussion groups that have yet to be explored. The analysis is focused on Barra da Tijuca, which, according to market research, is one of the fastest growing neighborhoods in Rio de Janeiro. Based on a qualitative investigation, the study aims to identify the agents of the neighborhood emancipation project, their motivations, relationships and strategies in the 1980s and 2020s.

Keywords: Barra da Tijuca; municipalization; urban studies

Introdução

A Barra da Tijuca é um bairro da cidade do Rio de Janeiro com 394.037 habitantes (2020), conhecido pelas suas praias, empreendimentos comerciais e imobiliários e pela ocupação de pessoas de classe média e alta¹. Quem mora há no mínimo vinte anos no Rio de Janeiro pode já ter ouvido sobre o momento em que a Barra tentou virar município. Porém, pouco se sabe sobre o processo que levou seus moradores a plebiscito na década de 1980. O objeto deste estudo é o Projeto de Emancipação da Barra da Tijuca, que teve seu ápice em dois momentos: em 1988, com o plebiscito, e em 2022, com uma manifestação de moradores pró emancipação. Por meio de uma investigação no *Jornal do Brasil*, em mídias online e de entrevistas, esse estudo pretende identificar os principais agentes das campanhas em torno do projeto de emancipação da Barra da Tijuca, refletindo acerca de suas criações.

A pesquisa compreende o conceito de localidade elaborado por Arjun Appadurai (1996), em que os espaços urbanos são produzidos em processos simbólicos e materiais. Segundo o autor, os sentidos, os símbolos e as imaginações que as pessoas atribuem aos espaços constroem o lugar de maneira objetiva. A literatura acerca da urbanização da Barra mostrou as representações que foram construídas ao longo da história, destacando as criações que associam o bairro ao futuro do Rio de Janeiro. Porém, essa outra invenção que sugere a separação do bairro da cidade, ainda não foi analisada pela perspectiva das Ciências Sociais. Quais redes criaram o Projeto de Emancipação? Quais interesses motivaram os esforços para municipalização na década de 1980? A quem e por que interessa sua retomada em 2020?

Em “Quando a Rua vira casa”, Carlos Nelson F. dos Santos (1985), sugere que as interações de um espaço podem ser compreendidas como uma “peça”, evidenciando processos de inclusão e exclusão. Nesse contexto, o Projeto de Emancipação dá origem a um “palco” onde se apresenta a ação política característica da Barra da Tijuca. Tomar esse processo como objeto é relevante, pois estamos analisando um dos bairros mais procurados para se viver no Rio de Janeiro.

Nessa pesquisa, que é fruto de uma iniciativa científica apoiada pelo CNPQ no Laboratório de Estudos da Cidade, o esforço de analisar as “atividades criadoras” na Barra se dá em torno de uma disputa política, que teve como resultado o fracasso do Plebiscito da Barra em 1988. Este fracasso é mais um fator que aponta o Projeto de Emancipação enquanto uma obra a ser investigada, pois se já foi identificada a existência de um imagi-

¹ BARRA DA TIJUCA (Bairro). Disponível em: https://pt.wikipedia.org/wiki/Barra_da_Tijuca. Acesso em: 02 out. 2024.

nário específico à Barra da Tijuca, falta compreender o porquê dele não ter se concretizado por meio da municipalização. Além disso, é necessário enunciar os grupos que resgatam a discussão em 2022.

Metodologia

Este trabalho qualitativo foi conduzido por uma análise de arquivos. Como estratégia, a etnografia é utilizada para compreender um evento a partir dos seus agentes, evidenciando o relato das pessoas e estabelecendo uma relação com elas. Desse modo, a investigação por meio de arquivos revela-se como uma forma de etnografia. É possível fazê-lo identificando registros com sensibilidade etnográfica, isto é, que interagem com os interlocutores, dando atenção especial às suas intersubjetividades.

A busca por essas obras ocorreu no acervo da Biblioteca Nacional, nas edições do *Jornal do Brasil* da década de 1980 até os dias de hoje. Esse caminho metodológico foi adotado, pois o *Jornal do Brasil* era um dos periódicos com maior circulação na década de 1980, juntamente com *O Globo*. O jornal *O Globo* também foi consultado, no entanto, suas ocorrências revelaram um foco mais técnico. Em “Entre o passado e o presente, o futuro”, Rodolfo Alves mostrou que o *Jornal do Brasil* foi um agente importante no processo de urbanização da Barra da Tijuca, participando de intervenções como a criação de grupos de trabalho e a contratação de Lúcio Costa, arquiteto responsável pelo plano urbanístico de Brasília, para planejar o bairro. Por esse motivo, esse veículo de informação foi privilegiado na análise.

Em 2022, um texto que abordava o resgate desta pauta em uma manifestação de moradores na Praia da Barra circulou em diversos canais de comunicação como *O Globo*, *G1* e *Uol*, indicando Roberto Monteiro de Pinho como o novo interlocutor dos emancipacionistas. A investigação sobre esse personagem levou à Associação Nacional e Internacional de Imprensa (ANIBRPRESS), da qual é diretor. A ANIBRPRESS assina diversos textos sobre a

Emancipação da Barra da Tijuca no *Última Hora Online*, uma agência de notícias onde jornalistas independentes comentam diversos temas. Esta plataforma foi escolhida para a investigação do Projeto de Emancipação da Barra nos anos 2020, sendo a maioria das ocorrências entre 2022 e 2023².

Nas buscas, foram utilizadas as expressões “Plebiscito da Barra” e “Emancipação da Barra”. No *Jornal do Brasil*, foram analisadas 253 publicações. As informações foram organizadas em um banco de dados, em que as ocorrências foram registradas com “ano”,

2 ÚLTIMA HORA ONLINE. Disponível em: <https://www.ultimahoraonline.com.br/>. Acesso em: 02 out. 2024.

“editorial”, “manchete”, entre outras referências. Categorias como “Associações de moradores”, “Associações industriais e comerciais”, “Partidos políticos” e “Órgãos de governo” surgiram ao longo do processo, com o objetivo de identificar a presença e as formas de atuação desses grupos. No Última Hora Online, foi incluída a categoria “ambientalistas” para representar um novo grupo envolvido na disputa acerca do projeto de municipalização.

Dadas as escolhas para a análise, é importante lembrar que “o que chamamos de nossos dados são realmente nossas próprias construções das construções de outras pessoas, do que elas e seus compatriotas se propõem.” (GEERTZ, 1978, p.19). Isso quer dizer que a investigação social por meio de interlocutores no Jornal do Brasil e no Última Hora Online tem seus limites. Embora o sistema utilizado busque mapear os diferentes agentes e grupos envolvidos na discussão, é possível vê-los transitar entre essas e outras posições. Por exemplo, um mesmo personagem pode ser representante de uma associação comunitária, mas também representar a política ambiental. Para além desse movimento, a imagem dos agentes está atravessada pela perspectiva dos veículos escolhidos.

Segundo Fonseca (2008), O *Jornal do Brasil* passou por diferentes direções desde a sua fundação no século XIX, e as opiniões de seus representantes sempre transpareciam na postura editorial do jornal³. No Última Hora Online, é possível identificar um viés, pois todas as ocorrências são assinadas pela ANIBRPress, o que sugere que apenas um grupo específico tem interesse em discutir essa pauta na plataforma. No entanto, a característica mais marcante dessas mídias é a sua disposição em abordar temas de interesse popular. Além das posições que adotam e das estratégias narrativas que utilizam, o foco está em noticiar os acontecimentos políticos, as festas populares, os problemas urbanos, entre outros elementos da rotina comum aos brasileiros. É essa característica que permite que essas mídias sejam utilizadas como fonte de parâmetros.

Seguindo a análise qualitativa, foram realizadas duas entrevistas com integrantes da *Câmara Comunitária da Barra da Tijuca*, uma associação de condomínios e empreendimentos na localidade. Procurei essa instituição, pois ela é conhecida por estar em disputas com o poder público e mobilizar recursos alternativos para a manutenção do bairro. As perguntas abordaram as expectativas sobre a vida na Barra da Tijuca e as opiniões acerca do Projeto de Emancipação ao longo do tempo.

As representações da Barra da Tijuca

Segundo Adriana Lima (2005), no início da década de 1960, existia uma extensa

3 FONSECA, Letícia Prudence. A construção visual do Jornal do Brasil na primeira metade do século XX. 2008. Dissertação (Mestrado em Design) – Programa de Pós-Graduação em Design, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro. p. 23-58.

área verde na região, habitada por poucas famílias de pescadores. No entanto, na metade da década, a Zona Oeste começou a se destacar como o principal foco de expansão da cidade, atraindo novos moradores e empreendimentos. Esse movimento gerou preocupações, uma vez que a área passava por um processo de transformação acelerada. Rodolfo Alves (2020) enunciou as imobiliárias, a Associação Comercial da Barra e os moradores como atores desse processo. Para eles, a solução era mobilizar recursos para planejar a Barra da Tijuca a fim de evitar os erros do passado, resultado de “um modelo de ocupação vista como saturada” (ALVES, 2020).

“Primeiro era só paisagem”. A partir do plano imaginou-se prédios comerciais de vinte e cinco a trinta andares, lotes residenciais, conjuntos de edificações com utilidades pública e privada, uma orla hoteleira e espaços destinados ao lazer como praças, museus e campo de golfe⁴. Apesar de ser o autor do plano urbanístico, essa imaginação não parte apenas do arquiteto Lúcio Costa, mas de grupos imobiliários e comerciais que viam na Barra uma oportunidade para empreendimentos e dos moradores que associavam a ausência de planejamento e suas consequências à desordem.

Em “Do passado ao presente: o futuro” (2020), Alves mostrou que o *Jornal do Brasil* apontava a urbanização da região como um processo irrefreável, que na ausência de administração se definiria pelos mesmos erros observados em outros bairros. Nas ocorrências, os grupos de interesse e os moradores abordaram a barra como o “paraíso” e o “Rio do Futuro”. Os bairros mais antigos como Centro e Copacabana foram caracterizados por uma ocupação “predatória e irracional” que teve como efeito a verticalização, a favelização e o afogamento do trânsito.

Apesar da atribuição dessas imagens, o desenvolvimento urbano da Zona Oeste não era natural como diziam. A articulação das imobiliárias, da associação comercial e as promessas do governo contribuíram para que a urbanização da Zona Oeste fosse reconhecida como o “futuro do Rio. (ALVES, 2020, p.146)

O Plano Urbanístico da Barra se materializou na década de 1970, tempo em que ocorreram as construções da pista lagoa-barra e de empreendimentos comerciais e imobiliários. O curta “A cidade cresce para a Barra” (2003) aponta esse processo como a terceira fase de ocupação do Rio de Janeiro em que a Barra estabeleceria unidade a uma cidade partida em duas porções desiguais, a Zona Sul e a Zona Norte. A partir do olhar técnico do arquiteto Lúcio Costa, a região seria caracterizada como o centro metropolitano norte-sul e leste-oeste da cidade.

4 **TOTEM FILMES**. A cidade cresce para a Barra. [Curta-metragem]. 1970. Mostra de Arquitetura 2003, Museu de Arte Moderna, RJ. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=O0ZkvBWEZNw>. Acesso em: 10 jun. 2022.

Nos anos seguintes, a Barra da Tijuca se tornou protagonista do crescimento urbano. As imaginações sobre a Barra como o “Rio do Futuro” atraíam a elite e os novos ricos. A construção de condomínios, shoppings, supermercados e contratação de serviços privados como segurança particular, fomentaram entre os moradores o sentimento de autossuficiência. Além disso, desenvolveu-se o desejo de afastamento dos problemas que afligem o resto da cidade, refletindo a ideia de que “os ricos cuidarão de si mesmos e criarão sua própria ordem diferenciada” (CALDEIRA, 1991). Esse processo levou a um isolamento socioespacial. Analisando essa dinâmica na Barra da Tijuca, Rodrigo Águeda denominou esse fenômeno de “processo de fechamento”, que marca uma nova relação com a cidade.

Projeto de emancipação da Barra

O Plano Urbanístico da Barra foi construído sobre uma fórmula que evitava repetir os erros que haviam gerado verticalização e favelização em outros bairros. Ele se caracterizou pela racionalidade e tinha o objetivo de estabelecer limites ao adensamento urbano. No entanto, o mercado imobiliário tornou-se o principal oponente do Plano Lúcio Costa, edificando a Barra e tornando a ocupação ainda mais acelerada.

Com o planejamento, as construções ocorreriam de forma setORIZADA, as avenidas seriam largas e arborizadas, minimizando os impactos às paisagens que tornavam a região diferente e atrativa. Mas foi essa mesma atratividade que trouxe os empreendimentos e o adensamento populacional para o bairro, que no final da década de 1970 havia passado a ter cerca de vinte mil habitantes⁵⁵. Desde esse momento, vimos que o espaço material, assim como as representações da cidade, do bairro e da relação da Barra da Tijuca com o Rio de Janeiro estão sendo disputados.

Na década de 1970, o crescimento da Barra mobilizou os moradores, as imobiliárias, as associações comerciais e os órgãos de governo do Rio de Janeiro. Nesse processo, os grupos de iniciativa privada expressavam a necessidade de descentralização e constante revisão do plano Lúcio Costa. Essas demandas buscavam acompanhar o desenvolvimento do bairro, criando uma disputa material e simbólica sobre o espaço urbano. Mais tarde, na década de 1980, a mesma narrativa seria utilizada para compor o projeto de municipalização.

A construção simbólica sobre o residente da Barra, sobre como ele se enxerga e é enxergado pelos outros, advém de processos de materialização, em que a vida no bairro “está associada aos condomínios fechados, que apresentam uma infraestrutura comple-

5 **BARRAZINE**. Conheça a incrível história da Barra da Tijuca. Rio de Janeiro, 2021. Disponível em: <https://www.barrazine.com.br/2021/12/conheca-a-incrivel-historia-da-barra-da-tijuca/>. Acesso em: 20 dez. 2021.

xa (restaurantes, transporte, lazer) e em sistemas de segurança que se pretendem totais.” (LIMA, 2021).

Além das edificações, as imobiliárias criaram representações da Barra da Tijuca que promoviam “uma nova forma de viver”. Suas campanhas publicitárias apresentavam o bairro como o caminho “para sair da cidade sufocada, congestionada, desumana e ruidosa”, um “paraíso” em que “teriam, ao contrário, uma nova forma de vida, com tranquilidade, ar puro, luz e praia à disposição.” (ALVES, 2020). Assim, elas atuaram como mediadores que aglutinam os sentimentos de um grupo de pessoas.

Partindo da perspectiva antropológica, Appadurai explicou que o conhecimento de uma localidade está relacionado à produção de características materiais, que alinhadas às significações dos indivíduos podem produzir um efeito de reprodução e organização social. A criação de imaginários acerca do lugar circula e chega às pessoas antes de estarem fisicamente nele. Os moradores do Rio de Janeiro acessam essas representações e entendem a Barra como um lugar diferente. Aqueles que chegam a Barra internalizam essas representações e as reproduzem, consolidando um processo de diferenciação social.

O processo de urbanização da Barra contou com criações materiais e imateriais que explicam a disputa acerca da municipalização. Nesse processo, o Plano Lúcio Costa e a atuação das imobiliárias aparecem como elementos centrais. O conflito em torno do plano urbanístico evidencia uma disputa sobre o território, mas também sobre as noções que se tem da Barra da Tijuca em relação à cidade. Nesse debate, os moradores, os agentes públicos e os representantes dos mercados privados negociavam a materialização e a representação da Barra da Tijuca como o futuro do Rio de Janeiro.

Mas ainda que possamos identificar no passado os elementos que levaram ao momento do plebiscito, a investigação nas ocorrências do Jornal do Brasil mostrou que o projeto de emancipação ocorreu de forma diferente dos planos anteriores. Segundo Alves (2020), ao se depararem com o rápido crescimento urbano da região, diferentes atores negociaram as soluções para o problema. As aspirações para a Barra da Tijuca e as imaginações negativas do Rio de Janeiro chegaram ao governo do estado, que com o objetivo de estender a cidade em direção à Zona Oeste, criou e realizou adaptações ao Plano Urbanístico.

Na década de 1980, as campanhas acerca do Projeto de Emancipação da Barra parecem ter feito o contrário; surgiram em grupos específicos e só depois de discutidas em esferas governamentais passaram a mobilizar a população, que pela lei, foi incumbida de tomar a decisão no plebiscito. O primeiro registro da expressão “Plebiscito da Barra” apareceu no Jornal do Brasil em novembro de 1987. Na página, estão estampados os rostos de Milton Temer, de Saturnino Braga, de Cláudio Becker e de Rubem Medina; um deputado estadual, o prefeito da cidade, o presidente da associação de moradores da

Barra e um deputado federal. Junto a eles aparecem nomes como o de Moreira Franco, governador do Estado do Rio de Janeiro, Marcelo Alencar, ex-prefeito da cidade, Roberto Medina, publicitário bem-sucedido e Ney Suassuna, presidente do colégio Angloamericano, localizada Barra.

Nessa ocorrência, há uma fala de Gilberto Rodrigues, Presidente da Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro naquele momento, que ao tratar da decisão de levar ou não o Projeto de Emancipação a Plebiscito, anuncia: “Não há mais o que se discutir. A decisão é soberana na Assembléia. O assunto está encerrado”⁶ para dizer que a instituição legislativa tinha aprovado o processo. Este interlocutor, já conhecido pela população em detrimento da sua posição institucional, é apresentado como um dos principais apoiadores da emancipação. O Jornal do Brasil explica que a proposta de Emancipação da Barra foi apresentada à entidade num documento que reunia cerca de 100 assinaturas de moradores da Barra da Tijuca, quantidade mínima para iniciar o processo em seu âmbito legal, embora o bairro já contasse com mais de vinte mil habitantes.

Os interlocutores encontrados revelam que o Projeto de Emancipação da Barra não foi uma criação do coletivo do bairro. A municipalização é introduzida ao público já criada e votada na Assembléia Legislativa do Rio de Janeiro. A ocorrência mencionada mostra que a discussão em torno do projeto de emancipação é apresentada pronta para a população, com figuras públicas como representantes, expondo suas argumentações e contra-argumentações.

Após esse momento, tiveram início as campanhas que dividiram os agentes em dois grupos: o grupo do “sim”, denominado emancipacionista, e o grupo do “não”, conhecido como “situacionista”. Este último nome refere-se à noção de situacionismo apresentada por Fabricio Tomio (2022), que trata a dificuldade de associar a municipalização a uma iniciativa individual, o que facilita a adoção de uma postura contrária à proposta. O resultado que levou à vitória do grupo do “não”, determinando a continuidade da tutela da cidade do Rio de Janeiro sobre a Barra da Tijuca, acentua o questionamento acerca das motivações e dos significados atribuídos ao Projeto de Emancipação.

Os emancipacionistas

O nome mais frequentemente associado ao movimento emancipacionista é Roberto Medina. O empresário havia se tornado uma figura pública por suas realizações como presidente da Artplan, um empreendimento da área de comunicação. Ele se tornou um publicitário conhecido por ser o primeiro a trazer artistas internacionais para eventos brasileiros. Em seu comando, o grupo Artplan idealizou o Rock In Rio, uma experiência

6 **OPOSIÇÃO** se mobiliza contra a emancipação da Barra. Jornal do Brasil, Rio de Janeiro, n. 00226 (2), 20 nov. 1987. Caderno Cidade, p. 11.

publicitária imersiva, que em sua primeira edição (1985), contou com grandes nomes da música nacional e internacional, alcançando 1 milhão e 380 mil espectadores, segundo a plataforma do festival.

A posição privilegiada de Roberto Medina na indústria da comunicação é importante para essa análise porque ele aparece no *Jornal do Brasil* como o principal representante dos emancipacionistas. Considerando a sua trajetória de sucesso, Medina obteve relevância diante de todo o Brasil. Ao longo da década de 1980, a sua atuação no mercado lhe deu a capacidade de influenciar pessoas e organizar grandes eventos. A sua primeira aparição na discussão sobre a emancipação da Barra no *Jornal do Brasil* é dada sobre destaque, em “Medina vislumbra felicidade”⁷.

Roberto Medina foi um dos principais agentes do Projeto de emancipação na década de 1980. Ele integrou o Comitê de Emancipação da Barra, responsável por desenvolver os argumentos que justificavam a proposta e os estudos que sustentavam a viabilidade do projeto, além de liderar a campanha eleitoral para o plebiscito. Ney Suassuna também foi uma figura relevante entre os emancipacionistas. Ele produziu o documento com assem assinaturas necessárias para dar início ao trâmite da criação de municípios nas esferas governamentais. Ele, que era o presidente da Associação Comercial e Industrial da Barra e proprietário do Colégio Angloamericano, chegou a considerar a candidatura à nova prefeitura.

O governador Moreira Franco e o presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro, Gilberto Rodrigues, são os principais personagens associados aos emancipacionistas nas esferas de governo. O *Jornal do Brasil* menciona, sem maiores explicações, que Moreira Franco era amigo íntimo da família Medina. Por sua vez, Gilberto Rodrigues era descrito como o “principal braço político de Moreira”⁸. Estabelecida essa relação, entende-se que os principais emancipacionistas ocupavam uma posição social semelhante. Isso significa que os representantes do grupo favorável à municipalização compartilhavam um capital cultural e econômico similar, diferenciando-se do restante da população. Embora a defesa do projeto contasse com outros interlocutores, eles apareceram com menor frequência no jornal.

A motivação para o projeto de emancipação era o desejo de descentralização administrativa. Os emancipacionistas apontavam a existência de uma assimetria entre os impostos arrecadados e os projetos implementados no bairro. Em “Medina vislumbra felicidade”, o argumento é de que não havia ações da prefeitura aplicadas à infraestrutura

7 **MEDINA** deslumbra felicidade. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, edição 00226 (2), 20 nov. 1987. Caderno Cidade, p. 11..

8 **O nome dele é Gilberto**. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, edição 00239 (1), 3 dez. 1987. Caderno Cidade, p. 32.

na Barra, ainda que seus moradores pagassem o IPTU mais caro da cidade. Para eles, a Prefeitura do Rio de Janeiro era mal administrada.

Essa argumentação retoma a narrativa do processo de urbanização da Barra nas décadas de 1960 e 1970. Considerando que a descentralização e a má gestão das políticas urbanas estão sendo mobilizadas novamente, entende-se que, na percepção dos emancipacionistas, o planejamento da Barra, que foi apresentado como solução ao mesmo problema no passado, falhou. Esse fenômeno evidencia que o projeto de emancipação da Barra também representa uma disputa sobre a continuidade do Plano Lúcio Costa.

É importante ressaltar que além de lideranças de instituições públicas e privadas, parte dos agentes do Projeto de Emancipação eram moradores da Barra da Tijuca. Apesar de terem status social elevado, frequentemente marcado pelo jornal, os emancipacionistas seapresentam de outra forma. Eles tentavam convencer a população de que eram simples moradores do bairro.

Mas não existe apenas um tipo de morador da Barra da Tijuca. As representações do bairro - “O paraíso” e o “Rio do futuro” - atraíram a elite característica da Zona Sul, mas também os novos ricos de outras partes da cidade. Além disso, com o passar do tempo, o temor em relação à formação de favelas se concretizou nas extremidades do bairro. Na década de 1980, já existiam outros usos, imaginações e uma população heterogênea na Barra da Tijuca. Os emancipacionistas representam apenas um tipo de morador da Barra: o morador decondomínio, caracterizado pelos elementos da “experiência de fechamento”.

O status dos emancipacionistas, a ausência de outros tipos de moradores na discussão e a falta de homogeneidade na Barra, indicam que o projeto de emancipação foi criação de um grupo específico. Segundo as notícias do *Jornal do Brasil*, as ações pró emancipação ocorreram na porta dos condomínios-cidade e no salão de grandes hotéis. Em um evento sediado no Hotel Othon, em 1987, os participantes são descritos pelas suas roupas chiques e posições sociais⁹. Para este grupo, composto por representantes de empreendimentos privados na Barra da Tijuca, a descentralização do governo e a revisão do Plano Lúcio Costa eram estratégias interessantes para ampliar as formas de obtenção de lucro na região.

Os emancipacionistas também estavam interessados na preservação do estilo de vida da Barra. Ao abordar a gestão urbana do Rio de Janeiro, os emancipacionistas alegavam que os prefeitos teriam transformado o centro do Rio no “gueto da Cidade”. Essa fala, que põe a vida na Barra em contraste à vida nos bairros mais antigos, também não aparece pela primeira vez na década de 1980. A disputa acerca das representações da vida na Barra da Tijuca, iniciada na década de 1960, são identificadas na discussão sobre

⁹ VOTAÇÃO no Othon foi de 66 a 44. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, edição 00015 (2), 23 abr. 1988. p. 20.

a municipalização.

Em 1980, haviam dois projetos de emancipação na Zona Oeste. O primeiro implicava municipalização de toda a área de Jacarepaguá, com áreas de menor prestígio social em seu território, como Cidade de Deus, Gardênia Azul e Rio das Pedras. O segundo dispunha sobre a municipalização da Barra da Tijuca. O projeto que levou ao plebiscito foi o que sugere a emancipação da Barra. Segundo o *Jornal do Brasil*, essa foi a proposta que obteve mais engajamento e tramitou com velocidade nas vias legais. O primeiro projeto foi abandonado e arquivado pelas esferas governamentais.

O Projeto de Emancipação da Barra excluía as áreas situadas às suas margens, onde haviam se formado favelas, locais comumente referenciados por construções irregulares e ocupação de pessoas pobres. Os emancipacionistas argumentavam que uma gestão autônoma traria facilidade em lidar com pessoas “carentes”, como por meio de políticas de moradia. Mas o que a exclusão desses lugares deixa evidente é que a municipalização da Barra da Tijuca serve à estética e à moralidade de um estilo de vida específico: o da “experiência de fechamento”, caracterizada pelo isolamento socioespacial. Roberto Medina comemorou a aprovação da proposta na Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro, afirmando que “a Barra acordou mais feliz”. No *Jornal do Brasil*, o publicitário deu motivos para acreditar que o Município da Barra da Tijuca seria bem sucedido e buscou transmitir a noção de uma satisfação geral. No entanto, o *Jornal do Brasil* explicou que entre a população do bairro e da cidade do Rio, não havia consenso da positividade do Projeto de Emancipação.

Os situacionistas

Em 1987, trinta e seis parlamentares votaram a favor do projeto de emancipação da Barra da Tijuca, iniciando o processo de desmembramento de municípios. A partir desse momento, houve uma intensa movimentação das pessoas contrárias à emancipação, que formaram o grupo de situacionistas. Esses agentes, vindos de cargos administrativos, tinham o objetivo de publicizar negativamente e inviabilizar o caso. Ainda em 1987, a articulação dos situacionistas conseguiu uma liminar para o adiamento do plebiscito, alegando inconstitucionalidade na proposta. Em 1988, uma alteração na lei de desmembramento de municípios determinou que o processo deveria acontecer mediante a consulta pública das “partes interessadas”, sendo ambíguo na definição de eleitores, o que ajudou o argumento dos situacionistas¹⁰.

No processo legislativo em torno da emancipação, o Partido Democrático Trabalhista (PDT) foi um agente em oposição aos emancipacionistas. Seus integrantes organi-

10 CONSTITUINTE complica Emancipação da Barra. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro. Edição 00332 (5), 9 de março de 1988, p.1

zaram liminares e buscavam meios burocráticos para suspender ou no mínimo atrasar as decisões sobre a municipalização. Entre eles, Marcello Alencar, que já havia sido prefeito do Rio de Janeiro, não mediu esforços para barrar a aprovação do plebiscito, sendo o autor da maioria desses documentos.

O prefeito em exercício, Saturnino Braga, foi o grande agente situacionista na discussão pública sobre a emancipação da Barra. Ele aparece comentando o projeto em várias ocasiões no *Jornal do Brasil*, como em novembro de 1987, “Saturnino acha um absurdo”. Segundo ele, a Barra da Tijuca nasceria em dívida com a cidade. Seus argumentos se baseavam nas dificuldades administrativas que a Barra enfrentaria como município, a exemplo do gasto inicial de 193 milhões para construções de escolas, de hospitais e para a realização de concursos públicos.

Junto ao prefeito, a administradora regional da Barra da Tijuca, Vera Chevalier, foi uma participante assídua nas discussões públicas sobre a emancipação, apresentando argumentos semelhantes. O prefeito também foi embasado pelo presidente do Instituto Brasileiro de Administração Municipal, que apontou que “Criar novas unidades de governo representam novos problemas para se enfrentar em uma época em que já havia problemas demais” (Carlos Nelson Ferreira dos Santos, no *Jornal do Brasil* em 21 de novembro de 1987). Para os representantes do poder executivo, os problemas poderiam ser resolvidos em negociações internas e investimentos na região administrativa da Barra da Tijuca.

A resposta da prefeitura ultrapassou o discurso, valendo-se de obras na região. Em uma das ocorrências, um morador disse que “a Barra nunca viu tanta obra”. Saturnino também revelou a intenção de resgatar uma noção de unidade na relação da Barra da Tijuca com o Rio de Janeiro. Ao comentar o plebiscito, o prefeito alegou que os moradores estavam do seu lado pela defesa do Rio. Nesse pronunciamento é importante destacar que a luta situacionista está em defesa do Rio, incorporando as preocupações da Barra à totalidade da cidade¹¹. Em conjunto com as Associações de moradores do bairro e de outras regiões, ele ajudou a elaborar o slogan “Apartheid não”. Essa expressão fazia referência ao movimento de segregação racial na África do Sul na década de 1940, que teve como consequência uma série de episódios violentos. Por meio dessa alegoria, os situacionistas buscavam atribuir um sentido negativo aos defensores do projeto que pretendia separar a Barra da Tijuca do Rio de Janeiro.

Outro slogan elaborado pelos agentes contrários à municipalização foi “Barra verde, Rio Unido”. Essa expressão mobilizou as imaginações sobre a vida na Barra da Tijuca, associando-as à paisagem natural da região. Ela buscou relembrar que este é o estilo de vida que os moradores desejam preservar desde a demanda pelo planejamento urbanís-

11 **PREFEITURA** combate divisão. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro. Edição 00238 (1), 2 de dezembro de 1987.

tico na década de 1960, desejo que foi atendido na elaboração do plano. Esse termo mostra que a discussão pela emancipação representa uma disputa pelo Plano Lúcio Costa, responsável por controlar as edificações dos mercados imobiliários e comerciais que mudariam os usos da Barra da Tijuca.

Essa narrativa foi utilizada pelos situacionistas com o objetivo de gerar desconfiança sobre as motivações da municipalização. O seu interlocutor foi Cláudio Becker, presidente da associação de moradores da Barra. Segundo ele, os parlamentares votaram e aprovaram o projeto por causa de interesses e relações com os maiores proprietários de terra da região. Ele tentava mostrar essa associação questionando a velocidade da aprovação do projeto na Assembleia Legislativa e o arquivamento da proposta de Emancipação de Jacarepaguá. Becker aparecia com frequência no *Jornal do Brasil*, argumentando que os interesses envolvidos na municipalização eram exclusivamente comerciais, o que prejudicaria a qualidade de vida na Barra.

Cláudio Becker foi um dos principais agentes da disputa sobre o projeto de emancipação. Além de propor-se a convencer o grande público fazendo denúncias ao processo, ele foi o responsável por articular outras quarenta associações de moradores em oposição à municipalização. Junto a Saturnino, ele foi fundamental para gerar uma movimentação popular em torno da discussão, apontando preocupações relevantes para o morador da Barra e mobilizando outros bairros da cidade.

Em sua obra acerca do desmembramento de municípios, Fabrício Tomio (2022) afirma que é possível que se criem mecanismos para facilitar e para dificultar o processo. A forma como os atores políticos imaginam as consequências da municipalização interfere nos processos de decisão e influencia outros atores a assumirem uma posição favorável ou contrária. Por isso, os deputados e executivos estaduais sempre são agentes privilegiados na disputa em torno da criação de municípios. As lideranças locais, a exemplo de Cláudio Becker, e os eleitores também são agentes muito relevantes no processo. No entanto, os parlamentares e executivos estão no foco das decisões sobre a municipalização.

No *Jornal do Brasil*, a maioria dos textos evidencia a participação de grandes empresários, deputados estaduais e representantes do poder executivo nas discussões em torno do projeto. As posições sociais dos interessados na municipalização tornou possível que os emancipacionistas se aproximassem do poder legislativo. No entanto, os principais situacionistas ocupavam cargos do poder executivo. Compreendemos que a discussão sobre o

Plebiscito da Barra se deu entre agentes privilegiados, com poder de influência ou decisão, configurando uma disputa ainda mais complexa.

“Afinal, vai sair ou não o plebiscito da Barra?”¹²

A discussão em torno do Projeto de Emancipação da Barra no *Jornal do Brasil* durou cerca de um ano, sendo mencionada e noticiada no período de novembro de 1987 a julho de 1988. Nesse recorte, o foco estava na disputa política, em que um grupo de pessoas tentou emplacar o plebiscito e o outro buscou impedi-lo. Esses grupos foram atravessados por decisões de instituições como o Tribunal Regional Eleitoral e o Tribunal Supremo Eleitoral.

Ainda que a maior parte da Assembleia Legislativa tivesse votado a favor do plebiscito, atores como o prefeito da cidade do Rio de Janeiro e a administradora regional da Barra se posicionaram contra a municipalização. Por conta disso, o conflito se concentrou em espaços institucionais, envolvendo esferas governamentais, associações de moradores e representantes de empresas privadas. Essa investigação mostrou que a criação do Projeto de Emancipação ocorreu sem muita participação popular.

As notícias do *Jornal do Brasil* tentavam manter os leitores informados no processo. Entretanto, são poucas as ocorrências em que os cidadãos são os interlocutores da discussão no *Jornal do Brasil*. Não foi possível identificar se essa ausência é responsabilidade dos editores do Jornal, uma vez que nele existiam espaços destinados à opinião pública. O que as ocorrências revelam é que os moradores da Barra da Tijuca não pareciam estar muito envolvidos.

Em “O que nos ensina o pragmatismo” (2017), Daniel Cefai nos explica que um problema público parte de elementos que perturbam o cotidiano de uma população, que a partir da racionalidade e da organização coletiva, estabelecem relações de causa, de efeito e de responsabilização. Esse processo é anterior à publicização e à própria tramitação de projetos nos espaços de decisão governamental. No projeto de Emancipação da Barra não é isso o que acontece. Em 07 de agosto de 1987, o *Jornal do Brasil* questionou a falta de conversas e discussões sobre o tema nas ruas, iniciando o texto com a frase: “Quanto à população, bem - até agora a população está completamente alheia à essa discussão”.

Os representantes dos mercados, dos poderes legislativo e executivo surgiram como os únicos agentes criadores desse processo. Em 9 de abril de 1988, o *Jornal do Brasil* publicou que o Tribunal Superior Eleitoral havia marcado a data do plebiscito. Essa foi uma vitória jurídica dos emancipacionistas, o que reflete que os interesses políticos dos parlamentares estavam alinhados com as iniciativas da municipalização. Mas nas ruas, a história foi outra.

Com o plebiscito marcado, os emancipacionistas reuniram um grupo de pessoas favoráveis e realizaram manifestações na porta de condomínios como o Novo Leblon.

¹² Na Assembleia a confusão é total. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, Edição 00027 (7), Caderno Cidade, p.37.

Mas a campanha da oposição já havia começado bem antes, em 1987, quando a proposta teve sua primeira aprovação na Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro. Desde então, a articulação entre a prefeitura e as associações de moradores, a disseminação dos slogans e as manifestações públicas apenas cresceram.



Esta imagem é uma página do “Jornal do Brasil” do caderno “Cidade”, publicada no Rio de Janeiro na quarta-feira, 22 de junho de 1988. O título principal é “Não tem talvez”. O subtítulo, “Barra entra na campanha e agora é sim ou não”. À direita do título, há a imagem de um homem, vestindo uma camisa pólo, com a mão direita levantada, como se estivesse coçando a cabeça, enquanto olha para a direita. O fundo da imagem é claro, e o rosto do homem está sombreado, sugerindo que a foto foi tirada ao ar livre.

A campanha dos situacionistas obteve um maior alcance, inclusive aproveitando a falta de engajamento dos moradores em prol da emancipação. Seus representantes vinham divulgando um boicote ao plebiscito em programas de rádio e de televisão, utilizando os slogans simbólicos que associavam a Barra à totalidade do Rio de Janeiro. Eles também contribuíram para a organização de eventos esportivos na orla e nos próprios condomínios-cidade, onde estavam o público o qual se endereçava a campanha emancipacionista.

Dessa forma, compreendemos que as atividades criadoras dos contrários ao projeto, que combinavam técnica, materialização e discursos simbólicos, levaram ao resultado do plebiscito. No dia 3 de julho de 1988, num domingo de sol, eles saíram vitoriosos porque as pessoas não foram votar. Dos 47.955 eleitores inscritos, apenas 6.217 moradores compareceram, invalidando o referendo por falta de quórum mínimo. Nesse momento, o *Jornal do Brasil* publicou expressões como “A Barra fica” e “A Barra é carioca”, revelando a força da narrativa simbólica dos situacionistas, que remontam as construções da década de 1960, em que a Barra é concebida como o futuro da cidade do Rio de Janeiro.

A emancipação da Barra ao longo do tempo

A Barra da Tijuca continuou crescendo. O Sindicato da Indústria da Construção

Civil no Estado do Rio de Janeiro (Sinduscon-Rio), informou que a Barra da Tijuca foi líder de vendas de apartamentos em 2021. O valor geral de vendas arrecadado chegou a R\$1,285 bilhão. Essas informações indicam que o bairro conta com um maior número de moradores a cada ano e que o adensamento urbano ocorre ainda nos dias de hoje.

No *Jornal do Brasil* há menos de vinte ocorrências sobre o Projeto de Emancipação entre as décadas de 1990 e 2020, mas a Emancipação da Barra não desaparece completamente. Em 18 de maio de 2008, o *Jornal do Brasil* publicou “Emancipação: polêmica volta à tona”, mostrando que o desejo de transformar o bairro em município ainda existe. A narrativa emancipacionista é semelhante, alegando a falta de investimento em serviços na região, dando ênfase aos problemas de segurança e de transporte público.

A narrativa contrária ao movimento também não se transformou tanto, pois ainda utilizam a estratégia de criar desconfiança com os interessados na municipalização. Entretanto, a indústria imobiliária aparece menos. Dessa vez, os algozes seriam os líderes comunitários, que frustrados em não alcançarem um cargo público, apostam na emancipação como uma última oportunidade. Nesse artigo, os situacionistas, embora não sejam chamados assim, também retomam a ideia de que a Barra teria muitos problemas financeiros enquanto município.

Essa ocorrência aparece isolada ao longo de 20 anos. No período de 2010 a 2019 não há registro de Emancipação ou Plebiscito da Barra no *Jornal do Brasil*. Porém, em 2022, veículos de informação como O Globo, VEJA Rio e Diário do Rio noticiaram que há um novo grupo se articulando em prol da municipalização do bairro. Esses veículos, que mostram textos semelhantes, apresentam novos agentes e uma outra narrativa para o projeto, associando-o à luta dos ambientalistas.

Nos anos 1980, a literatura sobre a pauta ambiental cresceu nos Estados Unidos, sendo vinculada à discussão da justiça social e ganhando contornos de “geopolítica”. Segundo Souza (2015), “geopolítica” refere-se ao planejamento do exercício do poder com base na espacialidade, uma dinâmica que, nas metrópoles brasileiras, apoia-se no discurso ecológico. Assim, a questão ambiental tem sido analisada por geógrafos como David Harvey em sua relação com a produção e organização dos espaços dentro de uma lógica capitalista, em que as empresas estão constantemente em busca de novos territórios, resultando na redefinição da relação com a natureza (PREVITALI, 2011).

A questão ambiental tornou-se central na competição interurbana, pois “meio ambiente” e “sustentabilidade” são categorias que funcionam como marcas atrativas (ACSELRAD, 2004). No caso do Projeto de Emancipação da Barra da Tijuca, esses conceitos são mobilizados para angariar apoiadores. Isso evidencia que os ambientalistas da emancipação possuem uma razão utilitária, em que o meio ambiente é visto como uma “oportunidade de negócios”.

Nos textos foi possível identificar Roberto Monteiro de Pinho, fundador da Associação Nacional e Internacional de Imprensa e editor executivo dos jornais Tribuna da Imprensa Digital e Última Hora Online. Também conhecido por defender a pauta ambiental, atualmente lidera a mobilização para a Emancipação da Barra da Tijuca. Ao seu lado está Donato Veloso, presidente do Pacto Ambiental Lagoa Viva e colunista na plataforma “Portal em Foco”, onde escreve sobre o meio ambiente.

O grupo é comandado por Roberto e possui aproximadamente trezentas pessoas. A expectativa dos interessados na emancipação da Barra era que acontecesse um novo Plebiscito no final de 2023, o que não aconteceu. Após essas ocorrências entre julho e agosto de 2022, não houve atualização sobre o tema nos grandes veículos de mídia.

Porém, no *Última Hora Online* a questão ainda está em pauta. Suas ocorrências mostraram que existe uma Associação de Emancipação da Região da Barra da Tijuca, que elaborou um “Manual da emancipação” para defender a sua viabilidade. Essa criação tem o objetivo de apresentar todo o processo da emancipação detalhadamente, “enumerando passo a passo o trajeto a ser percorrido desde a mobilização popular, a campanha de esclarecimento e construção do ideal urbano, ambiental e documental que dá origem à convocação do Plebiscito”¹³.

Desde o seu lançamento em 2023, o manual vem sendo aprimorado e apresentado em coletivas de Imprensa organizadas pelo grupo. O presidente da associação explica que o processo acontecerá em duas fases, sendo a primeira dedicada ao esclarecimento da população e a segunda às questões institucionais. Nessas reuniões, expressam a preocupação principalmente com a segurança e o transporte, mas também com o controle urbano. Em um vídeo no *Última Hora Online*, um participante não identificado menciona a insatisfação com as pessoas que vêm ao bairro para sujar, roubar e trazer o caos.

No movimento “Barra Livre”, expressão resgatada da década de 1980, os integrantes se dividem nas coordenadorias: ambiental, mobilidade urbana, transporte, segurança, saúde, educação, terceiro setor, urbanismo e entretenimento e turismo. Os dois últimos segmentos contam com paisagistas e arquitetos que imaginam uma Barra com avenidas e praças de alto padrão, em referência a Miami e Barcelona. Segundo eles, por conta de seu potencial turístico e financeiro, é preciso fazer do Município da Barra a “Miami Brasileira” com o objetivo de colocá-lo no mapa internacional.

Ao abordar o momento ápice da discussão acerca da Emancipação da Barra com o Plebiscito na década de 1980, o texto ressalta que o “sim” ganhou nas urnas, apesar da ausência de quórum. Para Roberto Monteiro de Pinho, a proposta emancipacionista está melhor estruturada, plural e organiza um amplo trabalho de esclarecimento da população para materializá-la. O *Última Hora Online* apresentou o resultado de duas pesquisas

13 IPTU: Barra da Tijuca está entre as regiões mais taxadas. Última hora, 03 de janeiro de 2023.

realizadas pelo grupo “Barra Livre” em fevereiro e em março de 2023, em que 97% e 67% dos moradores disseram concordar, conhecer ou já ter ouvido falar do projeto.

Os novos situacionistas

Apesar das tentativas de conhecer e conversar com um integrante do movimento “Barra Livre” e da Associação de Emancipação da Região da Barra da Tijuca, não tive retorno. Embora tenha conseguido trocar algumas palavras com Donato Veloso, ele me informou ter se afastado da discussão por estar focado nos assuntos do Pacto Ambiental. No entanto, um outro personagem identificado nas ocorrências, em 2008 no *Jornal do Brasil* e em 2022 no *O Globo*, me concedeu uma entrevista acerca de suas expectativas sobre a Barra da Tijuca, a instituição que representa e a opinião sobre o projeto de municipalização do bairro.

Delair Dumbrosk se tornou uma figura pública por ter sido presidente do Clube de Regatas do Flamengo, mas ocupa o cargo de presidente da Câmara Comunitária da Barra da Tijuca (CCBT) desde a sua fundação em 1992. A CCBT é uma associação de condomínios, clubes e instituições da Barra, representando mais de 60 mil unidades e 250 mil moradores¹⁴. A instituição dispõe de suas próprias normas de funcionamento, organizando os moradores de condomínio para estabelecer conexões com o poder público e com as empresas privadas. Nas ocorrências analisadas, ele manifesta sua opinião contrária à Emancipação da Barra, podendo ser identificado como um novo situacionista.

O empresário se tornou residente da Barra da Tijuca no início da década de 1980 por motivos profissionais, mas também pela busca de “qualidade de vida”. Antes morador do Flamengo, ele lembra que haviam muitos carros estacionados na calçada do bairro dificultando a passagem, entre outras características que faziam o lugar “degradado”. Ele viu que a vida nos condomínios representava uma nova forma de vida e fez conexões com outros moradores para desenvolver e preservar esse patrimônio. Nessa experiência coletiva, compreendeu que atividades como podar as árvores, varrer as ruas e tirar o lixo são responsabilidades comuns, não sendo necessária a espera pela ação da Prefeitura.

Para explicar a fundação da Câmara Comunitária, Delair também cita a formação de uma favela próximo ao condomínio Santa Marina, onde morava. Ele conta que nessa experiência, que ele chama de “invasão”, foi preciso organizar os condomínios juntando ideias e recursos. A solução encontrada pelo conjunto foi de comprar o terreno, e assim se livraram do problema que a formação da favela representava. Assim, ele entendeu que era preciso articular com outros grupos e tomar providências para as questões da vida coletiva na Barra.

14 CÂMARA COMUNITÁRIA DA BARRA DA TIJUCA. Disponível em: <https://www.ccbt.org.br/>. Acesso em: 4 out. 2024.

Segundo ele, a Câmara Comunitária da Barra da Tijuca foi criada com duas finalidades: a) Buscar a integração dos moradores, fazendo com que as pessoas se conhecessem e construíssem os problemas e b) “brigar” com o poder estabelecido, do estado ou do município, pelas deficiências do bairro. Sobre esse objetivo, ele menciona a “briga” pelo batalhão de polícia da Barra, pela duplicação e sinalização da Av. Das Américas, pela restrição construtiva, e dá outros exemplos. Hoje a instituição possui sede própria, corpo de funcionários, atendimento a dependentes químicos, ginástica para terceira idade, coral, viagens para os moradores e outras atividades além das “brigas” com o poder público.

O interlocutor concorda que a Barra tem problemas e acredita que muitos são solucionados com a intervenção da Câmara em parceria com empreendimentos privados. O maior exemplo é a segurança. Ele argumenta que existem mais de cinco mil vigilantes contratados trabalhando diariamente nos condomínios, nos shoppings, nos mercados, o que faz da Barra um dos bairros mais seguros do Rio de Janeiro. Segundo ele, este não é um feito da prefeitura, que deve ter dedicado apenas quinhentos agentes policiais à região.

Quando perguntado sobre o Projeto de Emancipação, Delair diz para esquecer o assunto. Para ele, a municipalização da Barra da Tijuca já teve o seu momento, quando a região era apenas um vazio. A criação do município fazia sentido na década de 1980, pois o bairro era novo, sendo possível estabelecer uma Constituinte própria. Porém, hoje a Barra da Tijuca está completamente integrada à cidade. Para explicar sua posição, ele utiliza o exemplodo próprio condomínio. Em cada um deles existe uma norma, o horário de abrir e fechar a piscina, o de diminuir o volume, entre outras políticas de convivência, sendo muito confuso criar um funcionamento alternativo. Da mesma forma ocorre com a Barra em relação ao Rio de Janeiro.

Na década de 1980, Delair Dumbrosk era diretor da Associação Comercial da Barra e compôs o Comitê pró emancipação com o objetivo de preparar o bairro para o crescimento. Porém, a legislação determinou um quórum que não foi atendido no Plebiscito, o que segundo ele, é preciso aceitar. E “não adianta querer organizar depois que cresceu”. Atualmente, e essa é a missão da Câmara Comunitária, é preciso “brigar” por melhorias na cidade como um todo.

Para Delair, quem ainda está envolvido com a emancipação da Barra possui interesse em lançar candidaturas políticas e ocupar cargos públicos. Para ele, a pauta ambiental, inserida à nova configuração da proposta, não justifica a emancipação. Ele cita o professor universitário, vice-presidente e diretor ambiental da Câmara Comunitária da Barra da Tijuca, David Zee, para argumentar que a instituição incorporou a luta pelo meio ambiente, mas que faz isso por toda a cidade. Afinal, não existem paisagens naturais apenas na Barra, a exemplo da Baía de Guanabara, da Praia de Guaratiba e de muitas outras.

David Zee é professor de Oceanografia da Universidade Estadual do Rio de Ja-

neiro e mora na Barra desde 1981. Ele se domiciliou no condomínio Riviera Del Fiori, onde mora até hoje, com expectativa de desenvolver pesquisas sobre poluição nas lagoas da região que mais crescia na cidade. Ele conta que nas décadas de 1970 e 1980 o plano urbanístico só havia dado as vias de acesso e a drenagem para o bairro, “deixando que os incorporadores se virassem”. Por isso, a Barra se desenvolveu como “fortes à parte”, ou seja, condomínios isolados como o Barramares, o Atlântico Sul, o Nova Ipanema e o Riviera Del Fiori, numa região com grandes problemas de infraestrutura.

Essa condição fez com que a população se interessasse em temas sociais e urbanos com o objetivo de viabilizar a própria segurança e infraestrutura. O professor conta que rapidamente fez conexões com vizinhos e lideranças comunitárias, pois “o povo da Barra é esclarecido, com boa formação”. Junto a essas lideranças, ele buscou especialistas em energia, segurança, infraestrutura urbana, engenharia civil e outros profissionais dentro e fora das instituições governamentais para pensar o desenvolvimento da Barra. Dessa forma, reuniu-se pessoas com conhecimento técnico e engajamento social na Câmara Comunitária da Barra da Tijuca.

Ele diz que na época pensava-se que o governo não daria tanta atenção à organização, mas à medida que a população aumentou, ela obteve densidade política. A Câmara da Barra da Tijuca cresceu com mais de duzentos condomínios, pensando na coletividade. Em função disso e de sua composição técnica, hoje a instituição é respeitada ao ponto de ter um telefonema atendido pelo prefeito ou governador.

David Zee retomou a história da formação da CCBT para explicar que a emancipação não era a melhor opção nem mesmo na década de 1980. Em sua opinião, criar um município despenderia muitos recursos em salário de políticos, vereadores e figuras que já não possuem boa imagem, podendo ser “cabide de emprego de oportunista”. Para ele, é melhor definir o que o bairro precisa e conversar com os poderes já estabelecidos.

Hoje existe um novo Projeto de Emancipação da Barra, mas que a Câmara Comunitária não comunga. Segundo o interlocutor, a questão ambiental é um “parâmetro de descontentamento” que está sendo mobilizado politicamente para justificar o Projeto de Emancipação. Realmente existem pessoas interessadas na preservação do meio ambiente e que querem participar, mas que não estão instrumentalizadas para isso. A proposta de criar um município aparece como uma solução. Porém, formar uma nova estrutura governamental custa dinheiro, “dinheiro esse que podia ser aplicado na despoluição das lagoas efetivamente”. Ele acrescenta que desenvolver e implementar soluções para a despoluição depende de muito trabalho e que a troca de governo não resolveria a questão.

A solução do problema ambiental são obras, investimentos e políticas. Não precisa mudar o governo para fazer isso, o próprio governo pode fazer. Mas como a gente faz isso? Tendo uma opinião pública coesa. (trecho da transcrição de

Para David Zee, fazer a sociedade participar e amadurecer as ideias referentes à preservação ambiental é muito mais importante do que criar um município. Para isso, é preciso organizar uma estrutura de comunicação em que as pessoas se entendam. A Câmara Comunitária achou esse canal nos interesses do condomínio, e por isso a maioria dos membros da CCBT são síndicos, conseguindo acessar a estrutura de comunicação condominial.

Como é difícil inaugurar uma nova forma de comunicar, pensa-se no condomínio como “uma célula já organizada de transmissão de informações”. Assim se faz com a pauta ambiental e com outros problemas da Barra, como o do transporte público e o da segurança. Dessa forma, a CCBT consegue articular a população e inserir seus membros em comitês de monitoramento, espaços de decisão do governo e em ações voluntárias. Se é possível fazê-lo, segundo o professor, a possibilidade é de que os interessados na emancipação possuam interesses individuais como o de se lançar a vereador ou a prefeito e arrematar salários, reproduzindo as estruturas existentes.

Considerações finais

Na década de 1980, um grupo de pessoas favoráveis à separação da Barra da Tijuca do Rio de Janeiro criou e engajou o Projeto de Emancipação da Barra com o desejo de descentralização política e administrativa. Este impulso ocorreu por conta dos problemas vivenciados no bairro e em toda a cidade. Para eles, a criação do Município da Barra representava não mais o futuro do Rio de Janeiro, mas uma nova forma de se viver, marcada pelo embolso do que as empresas privadas podem oferecer.

Seguindo a literatura acerca da formação da Barra da Tijuca a exemplo dos trabalhos de Lemos (2004), Lima (2005), Alves (2020) e Agueda (2021), compreende-se que esse desejo foi criado no passado pelo governo, pela indústria imobiliária e outros grupos sociais. Na década de 1960, o projeto de extensão da cidade apresentou a região como o “futuro do Rio de Janeiro”. Na década de 1970, essa representação se consolidou por meio dos empreendimentos e da publicidade, que buscavam atrair a população para a região. Essas imagens contribuíram para a construção material e simbólica do bairro dando origem à relação de distinção com o Rio de Janeiro.

Porém, ainda que o histórico do bairro explique o sentimento que incita o Plebiscito, a forma como ele aconteceu levanta suspeitas. Isso ocorre, pois as ocorrências no Jornal do Brasil mostram que o Projeto de Emancipação não foi uma criação da população, mas de um grupo resumido a agentes de uma mesma posição social. Essa ideia pode ser com-

provada pela descrição desses agentes, dos seus vínculos estreitos e da tentativa de excluir as regiões às margens, com menor prestígio social, do mapa da Barra da Tijuca.

O lado contrário a emancipação, denominado “situacionistas”, foi o responsável por levantar essas suspeitas, especulando sobre os interesses individuais que motivaram o projeto. Um dos argumentos mais utilizados é de que a municipalização era uma tentativa de desmantelamento do Plano Lúcio Costa, que tinha o objetivo de racionalizar as construções e a ocupação na Barra. Segundo os situacionistas, o verdadeiro objetivo da emancipação era dar autonomia aos empreendimentos da região para que pudessem edificar o bairro deliberadamente e lucrar ainda mais.

As ocorrências analisadas revelam que o Projeto de Emancipação da Barra não foi resultado da construção de um problema público, envolvendo agentes privilegiados e se desdobrando em espaços de decisão na maior parte do tempo. Porém, os situacionistas organizaram a ação política para evocar o sentimento de unidade entre a Barra da Tijuca e a cidade. Como estratégia, além dos discursos, eles buscaram promover obras, organizar eventos e associar diversos bairros do Rio de Janeiro.

Eles saíram vitoriosos no dia 3 de julho de 1988, pois a ausência de quórum no Plebiscito invalidou a votação. Porém, entre os presentes no pleito, o “sim” levou a melhor com 5.785 dos votos contra 433 do “não” e houve quem não se esquecesse disso. Em 2008, retomaram a discussão sobre a emancipação. Em 2022, aconteceu novamente com um grupo mais evidente e estruturado, disposto a propor um novo Projeto de Emancipação. O movimento “Barra Livre” e a Associação de Emancipação da Barra da Tijuca denunciam a gestão da prefeitura e, como novidade, trazem uma proposta que pauta a política ambiental e organiza um amplo esclarecimento da população.

Mas em sua configuração atual, também existem figuras dispostas a questionar o movimento. Delair Dumbrosk e David Zee, representantes da Câmara Comunitária da Barra da Tijuca, argumentam que as motivações para municipalizar o bairro são individuais, com o objetivo de se lançar em carreiras políticas, o que leva à reprodução das estruturas de governo existentes. A inserção das pautas acerca da preservação do meio ambiente é vista como uma estratégia política para comover a população e oferecer o desmembramento de municípios como solução.

No entanto, existem outras formas de ação política em prol das questões que permeiam a vida na Barra da Tijuca. Para os novos situacionistas, o caminho é criar ou se infiltrar em canais de comunicação para formar uma opinião pública coesa e combativa. A exemplo do trabalho comunitário da Câmara, eles acreditam existir maneiras mais eficientes de resolver os problemas do bairro e de toda a cidade, uma vez que a Barra está totalmente integrada ao Rio de Janeiro.

Referências

ACSELRAD, Henri. Ambientalização das lutas sociais: o caso do movimento por justiça ambiental. In: ACSELRAD, Henri (Org.). *Conflitos ambientais no Brasil*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2004. p. 13-36.

AGUEDA, Rodrigo. Do Leblon ao Novo Leblon: experiências de fechamento e o processo de expansão urbana em direção à Barra da Tijuca. 2021. Dissertação (Mestrado em Sociologia e Antropologia) – Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 186 p.

ALVES, Rodolfo. Entre o passado e o presente, o futuro: O processo de formação urbana da Barra da Tijuca. 2020. Dissertação (Mestrado em Sociologia e Antropologia) – Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 176 p.

APPADURAI, Arjun. *Modernity at large: cultural dimensions of globalization*. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1996.

BARRA terá ação contra a emancipação. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, Edição 00243 (2), 7 dez. 1987, p. 12.

BARRAZINE. Conheça a incrível história da Barra da Tijuca. Disponível em: <https://www.barrazine.com.br/2021/12/conheca-a-incrivel-historia-da-bairra-da-tijuca/>. Acesso em: 1 out. 2024.

CÂMARA COMUNITÁRIA DA BARRA DA TIJUCA. Disponível em: <https://www.ccbt.org.br/>. Acesso em: 4 out. 2024.

CEFAI, Daniel. Públicos, problemas públicos, arenas públicas...: O que nos ensina o pragmatismo (Parte 1). *Novos estudos CEBRAP*, v. 36, n. 1, 2017.

CONSTITUINTE complica emancipação da Barra. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, Edição 00332 (5), 9 mar. 1988, p. 1.

DIÁRIO DO RIO. Saiba os dez primeiros bairros mais procurados para se morar no Rio. 1 abr. 2020. Disponível em: <https://diariodorio.com/saiba-os-10-bairros-mais-procura->

dos-para-se-morar-no-rio/. Acesso em: 1 out. 2024.

FONSECA, Letícia Prudece. A construção visual do Jornal do Brasil na primeira metade do século XX. 2008. Dissertação (Mestrado em Design) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, p. 23-58.

GEERTZ, Clifford. Uma descrição densa. In: _____. *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

JÁ ganhou. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, Edição 00040 (2), 18 maio 2008, p. 22.

LE MOS, Luiz Henrique. Reprodução das elites, consumo e organização do espaço urbano: questões comparativas entre a Barra da Tijuca e a Zona Sul do Rio de Janeiro. 2004.

LIMA, Adriana. A Barra da Tijuca: Representações de “segurança” e privacidade no imaginário da cidade do Rio de Janeiro. In: *Anais do X Encontro de Geógrafos da América Latina*, São Paulo: Universidade de São Paulo, 2005.

MEDINA deslumbra felicidade. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, Edição 00226 (2), 20 nov. 1987. Caderno Cidade, p. 11.

O nome dele é Gilberto. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, Edição 00239 (1), 3 dez. 1987. Caderno Cidade, p. 32.

OPOSIÇÃO se mobiliza contra a emancipação da Barra. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, Edição 00226 (2), 20 nov. 1987. Caderno Cidade, p. 11.

PDT suspende plebiscito na Barra até 89. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, Edição 00244 (4), 8 dez. 1987. Caderno Capa, p. 1.

PLEBISCITO na Barra será batalha jurídica. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, Edição 00333 (1), 10 mar. 1988. Caderno Cidade, p. 8.

PREVITALI, Fabiane Santana. Resenha de: HARVEY, David. *O enigma do capital: e as crises do capitalismo*. São Paulo: Boitempo, 2011. *Revista Pegada*, v. 13, n. 2, p. 203-206, 2012.

PREFEITURA combate divisão. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, Edição 00238 (1), 2 dez. 1987.

PREFEITURA não pode combater a emancipação. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, Edição 00081 (5), 28 jun. 1988, p. 1.

ROCK IN RIO. História. Disponível em: <https://rockinrio.com/rio/pt-br/historia/>. Acesso em: 4 out. 2024.

SATURNINO acha um absurdo. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, Edição 00226 (2), 20 nov. 1987. Caderno Cidade, p. 11.

SINDUSCON RIO. Barra da Tijuca renasce como a campeã de vendas no Rio. Disponível em: <https://www.sinduscon-rio.com.br/wp/noticias/barra-da-tijuca-renasce-como-a-campea-de-vendas-no-rio/>. Acesso em: 1 out. 2024.

SOUZA, Marcelo Lopes de. Proteção ambiental para quem? A instrumentalização da ecologia contra o direito à moradia. *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais*, v. 8, n. 2, p. 9-21, 2006.

TOMIO, Fabrício Ricardo de Limas. A criação de municípios após a Constituição de 1988. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v. 17, n. 48, 2022.

TSE suspende o plebiscito da Barra da Tijuca. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, Edição 00048 (4), 26 maio 1988, p. 1.

VEJA. Tijuca e Barra são os bairros mais procurados para aluguel de casas. 14 ago. 2020. Disponível em: <https://vejario.abril.com.br/cidade/alugar-casa-barra-tijuca/>. Acesso em: 1 out. 2024.

VOTAÇÃO no Othon foi de 66 a 44. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, Edição 00015 (2), 23 abr. 1988, p. 20.

DRAMAS COREANOS E REPRESENTATIVIDADE: DISCUSSÕES SOBRE CULTURA E QUESTÕES DE GÊNERO

Korean Dramas and Representation: Discussions on Culture and Gender Issues

Amanda de Moraes Silva¹

Bacharel em Direito pela Universidade Federal de Pernambuco e mestranda-bolsista FACEPE em Direitos Humanos pela Universidade Federal de Pernambuco. É também pós-graduanda em Gênero, Desenvolvimento e Políticas Públicas: Práticas Educacionais pela Fundação Joaquim Nabuco e participa da Curadoria de Estudos Coreanos na Coordenadoria de Estudos da Ásia - CEASIA, da UFPE.

Resumo

A expansão da cultura coreana no mundo por meio das séries coreanas, os K-dramas, através da chamada Hallyu, tornou-se um fenômeno de visibilidade mundial. Mais do que um fenômeno, esse movimento mostrou também uma postura ativa da Coreia do Sul na exportação cultural do país, visando ao crescimento econômico e à propagação do “ser coreano” através dos meios de entretenimento. O presente artigo busca, então, a partir de um resgate histórico do fenômeno da Onda Coreana, discutir as implicações que a expansão dos dramas coreanos, enquanto produtos culturais, trazem, sob a ótica da representatividade da mulher dos dramas coreanos e da desigualdade de gênero na Coreia do Sul.

Palavras-chave: dramas coreanos; onda coreana; cultura coreana; gênero; representatividade de gênero

Abstract

The expansion of Korean culture around the world through Korean series, K-dramas and the so-called Hallyu has become a phenomenon of worldwide visibility. More than a phenomenon, this movement also showed South Korea's active stance in the country's cultural export, aiming at economic growth and the propagation of the concept of “being Korean” through the means of entertainment. This article seeks, then, from a historical review of the Korean Wave phenomenon, to discuss the implications that the expansion of Korean dramas, as cultural products, bring, from the perspective of the representation of women in Korean dramas and gender inequality in South Korea.

Keywords: Korean dramas; Korean wave; Korean culture; gender; gender representativeness

¹ Agradecimentos à Fundação de Amparo à Ciência e Tecnologia de Pernambuco - FACEPE, pelo suporte à pesquisa e à escrita do artigo.

Introdução: Dramas coreanos e a globalização da cultura coreana

Após mais de duas décadas sob um regime de governo militar (1963 - 1987), e sob a pressão de órgãos internacionais que manifestaram a urgência do respeito aos tratados de direitos humanos, a Coreia do Sul se viu, no período de redemocratização, imersa em um processo de retomada e reabertura ao mercado e à mídia internacional, ambientes aos quais havia adotado uma postura mais conservadora, favorável a uma imagem nacionalista exacerbada. A rápida e intensa industrialização do país, bem como o desenvolvimento econômico acelerado após a Guerra da Coreia (1950-1953) abriu margem para que, com o crescimento da classe média da sociedade sul-coreana e com a necessidade de distração das turbulências políticas que tomavam espaço à época, mídias televisivas e o cinema pasassem a ser mais consumidos (Mazur, 2018, p. 30; Shim, 2006, p. 31).

Curiosamente, esse processo de liberação de restrições à importação de produtos culturais midiáticos estrangeiros, para além de uma demanda de grandes companhias e de aumento de lucros dos setores do entretenimento, representou também uma demanda da população que se posicionava contra o regime ditatorial e contra as restrições impostas à internalização do cenário cultural internacional na cena cultural sul-coreana. A partir disso, em 1995, pela vinculação da Coreia do Sul à Organização Mundial do Comércio, pressionando o país para abertura internacional, o cinema local começou a ser ignorado e ser considerado um produto cultural de menor qualidade (Mazur, 2018: 32), ferindo o sentimento de orgulho e patriotismo tão prevalente durante o período ditatorial militar, de forma concomitante os olhares à cultura internacional se expandiram neste contexto.

Como consequência da relegação da cinematografia nacional sul-coreana a um papel secundário no cinema, conforme aponta Mazur (2018, pp. 31-32), faz-se crescer o interesse governamental da indústria sul-coreana em relação ao desenvolvimento dos produtos culturais e midiáticos do país, como uma reação forçosa para recuperação do orgulho nacional pela sua própria produção. Apesar da visão de que o resgate estatal na direção de uma ressurreição da indústria filmográfica local fosse inútil àquele ponto (Shim, 2006), a partir do governo do presidente Kim Young-Sam (1993-1998), a promoção da produção cultural, e especialmente em setores de produtos cinematográficos e televisivos, começou a ganhar destaque. Por exemplo, o drama musical sul-coreano de 1993 *Seopyeonje* (서편제), se tornou o primeiro filme coreano a atrair, mais de um milhão de espectadores nas bilheteiras da metrópole sul-coreana, algo impensável para os filmes produzidos localmente à época do governo militar (*Ibidem*, p. 31). O sucesso do filme tornou-se um marco para a tomada de consciência a respeito da importância da cultura nacional e do desenvolvimento industrial desse setor como estratégia potencializadora da economia nacional. Isso porque, como consequência da intensa industrialização e urbanização sem preceden-

tes da Coreia ao longo das décadas de 1960 e 1970 e com o consequente aumento no nível de qualidade de vida do país, o senso de valorização da própria indústria cultural foi sendo diluído dentre as demandas da classe média pelo acesso a produtos internacionais.

Falando do ramo televisivo, observa-se como a introdução e regulação da televisão no país nas décadas de 1950 e 1960 foram caracterizadas pela priorização do preenchimento estrangeiro nas programações, visto que não havia, ainda, estrutura sólida de exibição de produtos televisivos em alta escala, tal como pontua Mazur (2021, p. 176). Segundo a autora, essa liberdade para importação de produtos estrangeiros à época da redemocratização sul-coreana assentou um cenário competitivo e plural, fértil para o surgimento das grandes emissoras televisivas na Coreia do Sul entre 1993 e 1996: Korean Broadcasting System, Munhwa Broadcasting Corporation e Seoul Broadcasting System, que são ainda atualmente as três maiores emissoras da televisão sul-coreana.

Essa importância conferida aos produtos culturais locais veio à tona a nível governamental apenas em 1994, quando o Conselho Consultivo Presidencial sobre Ciência e Tecnologia submeteu um relatório que apontava que toda a receita do filme estadunidense *Jurassic Park* era equivalente às vendas ao exterior de um milhão e meio de carros da empresa Hyundai, considerada à época - e ainda hoje - o orgulho da Coreia. Essa comparação, que logo foi depois chamada de Fator Jurassic Park (*Ibidem*, p. 32) impactou as decisões do governo sul-coreano a ponto de pouco tempo depois ter sido fundada a Agência de Indústria Cultural dentro do Ministério da Cultura e Esportes em 1994 e instituída a Lei de Promoção Cinematográfica (Motion Picture Promotion Law) em 1995, visando ao investimento e atração de capital para a indústria de filmes local (Shin, 2006, p. 32).

Esses esforços políticos de atração de capital e de fomento do setor cinematográfico, que alcançaram desde os setores de produção até os de exibição, no entanto, teve seu avanço otimista afetado pelo fim do apoio das grandes empresas - os chamados *chaebols* - durante a Crise Econômica Asiática de 1997 (Mazur, 2018, p. 33). A instabilidade econômica no Sudeste Asiático causada pela Crise foi desacreditada pelos setores do governo a tal ponto que os cidadãos coreanos não tinham ciência de sua aproximação, a qual era tampouco divulgada pela imprensa. O modelo de economia desenvolvimentista adotado fez com que o alto investimento no capital estrangeiro não fosse revertido em grandes lucros para as empresas sul-coreanas, de forma que empresas e *chaebols* de todo o país foram à falência, estabelecendo um grave quadro de desemprego por todo o país. Isso fez com que a Coreia fosse obrigada a solicitar assistência ao Fundo Monetário Nacional, a qual foi concedida em troca da liberalização e da desregulamentação de restrições a políticas da agenda neoliberal do Fundo (*Ibidem*, p.34). Essa mudança forçada de postura política e econômica abalou o orgulho do país erguido durante os anos de reconstrução e desenvolvimento econômico entre as décadas de 1960 e 1990, o que impulsionou uma renovação

no patriotismo e no interesse do país pela valorização da própria cultura e por seus produtos midiáticos nacionais. Em 1998, com a posse presidencial de Kim Dae-jung, que se autodenominava de “presidente da cultura”, o desenvolvimento da indústria cultural e da tecnologia da informação foi posto como estratégia prioritária para a recuperação econômica, sendo-lhe conferida importância semelhante ao do desenvolvimento das indústrias manufatureiras durante o Milagre do Rio Han (*Ibidem*, p. 36).

Esse aumento expressivo de investimento econômico na indústria cultural, principalmente do ramo televisivo, entre 1999 e 2003, possibilitou a retomada econômica da Coreia do Sul, bem como a produção e exportação de produtos culturais que transmitiam a identidade nacional¹. Esse cenário de liberação midiática do país abriu terreno para a consolidação da Onda Coreana, ou *Hallyu*, como fenômeno cultural que ultrapassa as barreiras nacionais e alcança uma diversidade de públicos. A *Hallyu* (한류), conceito que une a partícula Han (한), significando aquilo que é coreano, com a partícula Lyu (류), significando onda, ou fluxo, ou mesmo Ideologia, trata-se da denominação do fenômeno de exportação cultural de produtos coreanos, produtos esses que consistiam, no final dos anos 1990, especialmente nos dramas de TV, os atualmente chamados *k-dramas* (Kim, 2015, p. 155).

Esse produto midiático, isto é, as séries coreanas, que hoje alcançam recordes de popularidade nas plataformas de *streaming* e nos canais de televisão, foram a primeira peça-chave para a popularização e exportação do modo de ser coreano². Foi a partir da produção e da internacionalização de séries e programas coreanos que a cultura coreana foi difundida, possibilitando o primeiro auge da Onda Coreana no final dos anos 1990 e começo dos anos 2000, sendo essa época, por isso, caracterizada como a primeira geração da Onda Coreana, ou mesmo como Onda Coreana 1.0 (*Ibidem*).

O que, no entanto, implica a exportação dessa cultura por meio dos dramas? O que tais produtos culturais podem de fato nos comunicar a respeito da cultura e da sociedade sul-coreana? Pode-se dizer que retratam com grau considerável de verossimilhança os costumes e a cultura da sociedade sul-coreana? O período de ascensão da popularidade dos dramas coreanos se iniciou em época concomitante à redemocratização da Coreia do Sul, após mais de duas décadas de uma administração de governo submetida ao controle

1 A identidade nacional é vista neste trabalho a partir da ideia de nação como uma entidade constituída por uma narrativa que designa um espaço experienciado e um espaço imaginado, dando sentido ao passado e ao futuro, delineando horizontes de experiência e possibilidade.

2 O modo de ser coreano abarca a identidade coreana, tanto suas dimensões culturais e sociais, quanto a dimensão filosófica da construção de valores que moldam uma sociedade. A música e a indústria cinematográfica da Coreia do Sul são veículos de propagação e exportação nacional e internacional da história, da cultura, da língua e dos hábitos coreanos, elementos esses que possibilitam a construção de um imaginário sobre aquilo que “ser coreano” representa - agir de certa maneira, falar de certa maneira, se relacionar socialmente de certa maneira, por exemplo.

militar, desaguando, inevitavelmente, para além de especificidades acerca da individualidade coreana, aspectos sociais, tais como a cultura militarista e patriarcal em seus produtos midiáticos. Diante disso, procurou-se, no presente trabalho, a partir da perspectiva da globalização dos *k-dramas*, analisar questões ligadas à representatividade da cultura coreana e, em especial, aspectos que tangem discussões de gênero e a imagem da mulher na veiculação desse produto cultural e midiático a nível nacional e a nível global.

A representação e os representados: O imaginário cultural sul-coreano pela ótica dos dramas.

A Onda Coreana, pensada como uma a movimentação cultural sul-coreana para além de fronteiras nacionais, se propõe a dar visibilidade à cultura nacional em conjunto a um plano de comercialização. Esse planejamento de expansão comercial tem, então, manifestado um significativo triunfo da cultura coreana a nível global (Lee, 2011, p. 85), tendo como seu impulso inicial para a expansão dessa expressividade cultural foi fomentado pelo ramo dos dramas de TV coreanos³.

Atualmente, o formato das séries coreanas envolve uma diversificação de temas dentro do gênero, não obstante, no passado, a maioria delas possa ter sido classificada como novelas ou melodramas, que seguiam uma linha tradicional e genérica de melodrama e comédia romântica (Baldacchino; Park, 2021, p.293). No entanto, ainda que tal estilo de séries coreanas de anos atrás fosse uma de suas grandes características, a indústria televisiva sul-coreana também bebeu de influências internacionais dos países vizinhos no Leste Asiático e ressignificou o formato de programas de televisão para um modelo de sucesso internacional (Mazur, 2021, p. 177). Essas narrativas televisivas em grande escala, que hoje recebem o crédito pela conquista inicial de fãs e público ao redor do globo, foram um produto inesperado de exportação cultural em razão de sua produção e de seu consumo serem inexpressivos, em comparação ao consumo de produtos culturais estrangeiros nacionalmente, até o crescimento da atenção governamental sul-coreano no setor industrial cinematográfico e televisivo (Mazur, 2018, p. 31).

A liberação midiática ocorrida ao final da década de 1980 e início da década de 1990 permitiu que o fluxo estrangeiro de produtos televisivos entrasse em contato com o cenário cultural sul-coreano. Como consequência, percebeu-se que, apesar da importação de produtos de sucesso internacional como filmes de Hollywood, a audiência da Coreia do Sul tinha sua preferência a produtos regionais que compartilhassem de aspectos cultu-

3 Apesar da ênfase nos dramas de TV como produtos nacionais de propagação cultural num despertar da indústria nacional, o ramo cinematográfico também se preocupou com a popularização e a produção de filmes e de cinemas locais (Mazur, 2018: 32)

rais mais próximos e mais similares ao da cultura sul-coreana. Nesse sentido, os produtos japoneses, chineses e até mesmo hongcongueses conseguiam certa hegemonia no que se refere ao consumo sul-coreano do mercado de dramas televisivos, tendo em vista que havia, nesses produtos audiovisuais, uma representação cultural que oferecia um diálogo entre tradições similares, o que até hoje é compreendido como uma reação ao processo dominante de globalização ocidental (*Ibidem*, p. 39-40).

A questão da representatividade cultural é posta de forma tão incisiva ao se analisar o consumo nacional de produtos culturais cinematográficos estrangeiros hollywoodianos estadunidenses e europeus de grande sucesso, que, mesmo filmes que se mostram um sucesso de público em contextos ocidentais, podem - e são - contestados pela crítica e pelo público sul-coreano. Um exemplo disso foi o filme *Barbie*, lançado em 2023, filmado e dirigido por Greta Gerwig, que conta uma história de autodescoberta e de crise existencial da boneca mundialmente célebre, Barbie, sob uma ótica narrativa feminista. A bilheteria do longa, em países como Estados Unidos e Canadá, juntos, conseguiu uma quantia de 631 milhões de dólares, enquanto na Coreia do Sul o filme teve uma recepção de apenas 667 mil dólares (Peterson, 2023).

Entre os fatores acreditados como as principais causas que levaram a essa má recepção do filme estadunidense nas bilheterias de cinema da Coreia do Sul estão: A narrativa profundamente carregada de retratos culturais americanos e o discurso feminista que envolveu a narrativa do começo ao fim da trama (*Ibidem*). Nesse sentido, sendo uma pauta com questões mais específicas, no que se refere à estrutura social da Coreia do Sul, a recepção da agenda de igualdade de gênero e das ações feministas perante as demandas sociais das mulheres sul-coreanas guarda contradições que serão analisadas mais adiante, sob a perspectiva da divulgação midiática do discurso feminista e da representatividade de gênero por meio dos dramas de TV sul-coreanos.

Deixando-se para tratar a recepção negativa do discurso feminista mais adiante, quanto aos aspectos de representatividade de gênero nos produtos culturais televisivos e cinematográficos, há, antes, de se enfatizar o processo de conscientização e de midiaticização da tradição da cultura nacional e da valorização dessa cultura pelo público sul-coreano. Isso porque, ao ressignificar a valorização cultural como estratégia econômica de soerguimento do orgulho nacional após a Crise Econômica de 1997, uniu-se o fator lucro ao fator visibilidade internacional como um combo de sucesso no caminho da consolidação do país como potência econômica e cultural no mundo (Mazur, 2018, p. 40).

Apesar disso, o processo de consolidação do formato drama de TV partiu, especialmente, da influência de seu vizinho: o Japão, com seu famoso *dorama* (*Ibidem*, p. 41). No Japão, o formato de série melodramática e/ou romântica constituiu o gênero *dorama*, termo que representa a pronúncia japonesa para a palavra drama. Os *doramas* são pro-

duzidos, desde o surgimento dos primeiros canais de televisão no Japão, em 1953, como seriados de, em média, 10 a 12 capítulos, que são produzidos conforme as estações do ano, as quais, no espaço geográfico em que se encontram esses países do Leste Asiático, têm características bastante marcantes (Carlos, 2012, p.130). no período de 1965 a 1974 dois gêneros de *dorama* se destacaram: aqueles que retratam uma narrativa centrada em relações familiares e aqueles que enfatizam a narrativa histórica do país, respectivamente, o *home dorama* e o *taiga dorama*, sendo aquele o que reflete sobre as alterações da estrutura familiar do lar japonês e esse aquele que foca em histórias sobre detetives e aventuras (*Ibidem*, p. 131).

A partir dos anos 1990, houve uma ressignificação do *home dorama* e sua diversificação em três novos tipos de *dorama*, o *trendy drama*, focado em relações entre homens e mulheres, a partir de uma visão mais realística e acelerada da vida moderna, narrando histórias sobre amor não correspondido e vida sexual, o *roller coaster drama*, aquele que retratava a busca pelo amor por mulheres japonesas trabalhadoras, e o *cartoon drama*, que é inspirado em revistas de cartuns e histórias de quadrinhos (*Ibidem*, p. 131). Foi, especialmente, o *trendy drama* japonês que deu inspiração para o desenvolvimento dos dramas de TV nas configurações em que são assistidos os dramas japoneses e coreanos atualmente, tendo em vista que enfatizavam as relações da vida cotidiana e que representavam a vida comum dos cidadãos e cidadãs asiáticos. Tal formato refletia a vida real dos japoneses e que passou a atrair um público que passava por transformações políticas e financeiras, tal como as mulheres que ganhavam espaço no mercado de trabalho japonês (Mazur, 2018, p. 47).

Os *trendy dramas*, nesse sentido, alcançavam os cidadãos e cidadãs japoneses e atraíam audiência ao televisionar.

A vida acelerada e moderna dos japoneses, as mudanças presentes na sociedade em desenvolvimento, somados a elementos de cenário, elenco e música e uma história de amor trágica. [...] Refletiam a vida “real”, demonstrando como os japoneses estavam vivenciando as influências externas e a vida em um país em rápido crescimento (*Ibidem*)

Apesar da similaridade dos processos sociais e políticos vividos pelos cidadãos e cidadãs sul-coreanos à época, no quesito de produção midiática e produção cultural do entretenimento, também é verdade que ainda guardavam esses dois países, a Coreia do Sul e o Japão, diferenças marcadas por tensões históricas e políticas. Isso porque, apesar da influência japonesa no desenvolvimento dos primeiros programas de rádio e de dramas fonográficos, bem como na produção de séries televisivas que transmitiam esse cenário de mudanças, também é verdade que as transformações sofridas pela Coreia do Sul tiveram influência japonesa em um sentido para além do mercadológico. Entre os anos de 1910

e 1945, ocorreu no território coreano a chamada Ocupação Japonesa, de caráter militar e imperialista, que, apesar de ter promovido os primeiros meios de comunicação da Coreia do Sul, o fizeram tendo em vista a difusão cultural de um modo de vida japonês, ligado à chamada metrópole (*Ibidem*; Silva, 2022, p. 19).

Nesse sentido, em conjunto à produção midiática, havia também, inevitavelmente, uma relação metrópole-colônia que exercia certa imposição cultural japonesa à sociedade sul-coreana em sua estrutura econômico-social e política, para além de suas formações culturais. Essa interferência, nesse sentido, abalou a autopercepção da Coreia e impactou os sentidos de um Ser Coreano em um contexto em que o que se queria era se afastar de representações que remetiam ao período em que foi profundamente marcada pelas violências da colonização japonesa.

A *Hallyu*, nesse contexto, indica uma estratégia comercial e política, mas também um modo de reafirmação cultural da Coreia do Sul e uma das nações representantes daquelas que detêm mais fortemente o poder de influência de mercados, de modos de vida e de exportação cultural, isto é, parte daquilo que hoje se denomina de *Soft Power* (Nye, 2004). Por esse motivo, ao se pensar na representatividade transmitida por um formato de mídia como o são os dramas de TV, tem-se por trás, também, o teor histórico e político que contribuiu para a veiculação de determinadas narrativas e para a representação midiática de certas formas de ser e de viver. Nesse sentido, apesar de guardarem similaridades, os dramas de TV produzidos no Leste Asiático, sejam eles os *doramas* - também denominados J-dramas -, K-dramas, ou mesmo C-dramas⁴, representam imaginários e narrativas que comunicam contextos que exprimem suas idiossincrasias e, a partir dessas denominações, aquilo que os distanciam culturalmente também se destaca nessas produções televisivas (Mazur, 2018, p. 48). Por exemplo, obras de grande sucesso como *Winter Sonata* (2002), *Reply 1988* (2015) e *Squid Game* (2021), para além de comunicarem histórias que alcancem a identificação de uma diversidade de públicos, dentro e fora da Coreia do Sul, elas buscam também representar relações afetivas, familiares, críticas sobre o mercado de trabalho e, acima de tudo, a perspectiva do cotidiano sul-coreano acerca dessas experiências vividas mundialmente. Não se deve esquecer, além de tudo, de refletir criticamente acerca da denominação e da difusão desses dramas em uma categoria única de *doramas* ou dramas asiáticos, tendo em vista a riqueza de aspectos que os diferenciam.

Uma questão de gênero? A representação da mulher nos dramas coreanos

4 J-dramas, também conhecidos como *Japanese dramas*, ou dramas japoneses; K-dramas, também conhecidos como *Korean dramas*, ou dramas coreanos e C-dramas, também conhecidos como *Chinese dramas*, ou dramas chineses.

Pensando nas questões de representatividade que o drama de TV coreano pode transmitir como produto cultural, procura-se, ainda, pensar aspectos de gênero que permeiam as narrativas dessa gama diversa de narrativas. Protagonistas, personagens secundárias, telespectadoras, as mulheres se fazem, cada vez mais, presentes na composição, produção e ocidentais⁵, a Coreia do Sul se vê como nação atingida, mas também produtora de desigualdade de gênero. Nesse sentido, em um primeiro momento, retoma-se a discussão a respeito do estado da igualdade de gênero na Coreia do Sul - bem como os valores sociais que a afetam - e, então, busca-se analisar como é construída e reproduzida a imagem feminina e os diversos papéis que ocupa na sociedade sul-coreana, através de um dos meios de maior veiculação da cultura sul-coreana, as séries.

A mulher na Coreia no Sul: desigualdade de gênero e mudanças sociais

Quando se retoma os aspectos que marcam a desigualdade entre homens e mulheres na Coreia do Sul, *rankings* mundiais que avaliam critérios como desigualdade salarial, representatividade política, saúde e nível educacional, tal como o Relatório de Desigualdade de Gênero do Fórum Econômico Mundial, ou Índice de Teto de vidro do The Economist, marcam a Coreia do Sul nas últimas colocações em questão de igualdade de gênero (World Economic Forum, 2023; The Economist, 2023). Alguns fatores podem ser atribuídos como geradores dessa disparidade entre homens e mulheres na Coreia do Sul, tais como os valores do Confucionismo, o militarismo e as crescentes ondas do conservadorismo político que vem ganhando espaço nos movimentos sociais sul-coreanos.

Em primeiro lugar, durante o desenvolvimento da sociedade coreana, a expansão da filosofia Confucionista, especialmente a partir da Dinastia Joseon (1392-1910), afetou política e culturalmente a atuação das mulheres na esfera pública. Como filosofia política, o Confucionismo estipula uma série de relações íntimas entre o âmbito individual, familiar, comunitário e estatal (Jones, 2006, p. 35), inclusive estabelecendo vínculos familiares entre os indivíduos e instituições em que participavam, como associações da cidade, instituições de educação e unidades militares.

Tais vínculos foram formados conforme uma estrutura hierárquica e de classes, que também estabelecia convenções de gênero, separando funções a serem exercidas pela mulher e pelo homem no seio social (Yoo, 2008, p. 17). No nível doméstico, a ética familiar obedecia aos valores confucionistas do imperativo moral do dever, segundo os quais cada indivíduo tinha uma posição em relação ao todo e a aceitação desse lugar promovia a ordem sem o infringir o que significava ser humano (*Ibidem*, p. 18). Em comparação à dinastia Goryeo, anterior a Joseon e mais influenciada pela filosofia budista seguida pelo

⁵ Utiliza-se com zelo as terminações de Ocidente e Oriente tendo em vista as implicações de estigmatização cultural e das noções de civilização e barbárie que vêm nelas historicamente construídas.

Estado, a visibilidade e o status da mulher decaiu na esfera pública e familiar, de forma que a mulher não mais tinha detinha direitos de participar de instituições religiosas como figuras de liderança, não mais poderiam escolher viver uma vida sem a obrigação do matrimônio, como também não possuíam mais direitos de herança do patrimônio e de recasamento quando da morte de seus companheiros (*Ibidem*, p. 19).

Nesse sentido, a visão Confucionista abriu margem para a reorganização social e o tensionamento do controle sobre a família, mantendo a mulher sob a condição de subserviência ao seu marido, de modo a perpetuar um senso de ordem familiar e, consequentemente, de ordem do reino de Joseon (*Ibidem*). Nesse sentido, essa subserviência feminina seguia valores do que se chamava de As Três Obediências: ser obediente aos seus pais, aos maridos e aos seus filhos.

Esse conjunto de valores, perpetuado por meio do sistema de educação, em aulas de ética, por exemplo, valorizava a proteção do privilégio dos homens como chefes de família e de que promovessem a manutenção desses três graus de dignidade - classe, idade e sexo - em favor do sexo masculino. Nesse sentido, as mulheres que procuravam estratégias de resistência para a reafirmação de seus desejos, liberdades e poderes, desenvolviam obras como Ensinaamentos para Mulheres (*Naheun*), O Livro da Autodisciplina (*Chagyongpyon*), e O Livro sobre como se comportar enquanto mulher (*Ohaeng sillhlok*) (Koh, 2008, p. 354). Isso porque, apesar de tais textos pressuporem a subordinação das mulheres aos homens, e embora essas aprendessem a filosofia Confucionista da mesma forma que os homens, tais mulheres acreditavam que as maneiras femininas deveriam ser diferentes dos homens. Apesar de não questionarem seu papel de subordinação, tais obras ensinavam as estratégias femininas para o aumento do poder e da liberdade feminina dadas as condições da sociedade no período de Joseon (*Ibidem*, p. 355). Apesar disso, tais estratégias ainda eram baseadas no pressuposto da diferença de papéis entre homens e mulheres, as quais eram tratadas conforme os preceitos da ideologia Confucionista de boa esposa, mãe sábia, ou 현모양처 [*hyeonmo yangcho*] (*Ibidem*, p. 357; Yoo, 2008, p. 33).

Com a recepção da filosofia Neo-Confucionista, ao longo do período colonial japonês, e a partir da recepção de determinados valores do Confucionismo no período da ditadura militar na Coreia do Sul (1961-1987) - tais como piedade filial, lealdade ao Estado e desigualdade complementar entre os sexos - inicialmente pelo governo de Park Chung-hee (1963-1979), atrelou-se tal ideologia ao ideal de racionalidade e ordem, de forma que a ingerência dos governantes sobre a família tornou-se quase imperativa em nome de uma suposta estabilidade.

Em razão de tal ênfase na instituição familiar, resultando no que se denomina de familismo⁶, a família tornou-se, então, a pedra angular que regulava os níveis de estabi-

6 Noções de neo-familismo (Jones, 2006; Kwon, 2018) irão posteriormente contrastar as noções de tradi-

lidade sociopolítica da Coreia como um todo (Jones, 2006, p. 35; Lee, p. 2018), consequentemente, em conformidade com seus valores de superioridade masculina, a mulher permanecia relegada ao seu papel de mãe e esposa. Os pilares da família e da ordem alavancaram o senso de nacionalismo que permearam as décadas do regime militar ao ponto de status que beirava uma ideologia religiosa (Kwon, 2000, p. 32).

As experiências durante trinta e cinco anos de ocupação japonesa (1910-1945), seguida da ocupação militar americana (1945-1948) e de mais de vinte anos de regime militar (1961-1987), fortaleceram as formas militarizadas de poder e as impressões de segurança nacional impeliram uma forma de lealdade cívica construída também dentro dos moldes de gênero como uma de suas categorias essenciais (*Ibidem*: 33). Isto é, entender a sociedade coreana não como uma massa não-generificada, mas uma na qual delineou-se um modelo de ‘guerreiro’ e de masculino dentro da noção de sacrifício pela nação, possibilita a compreensão do processo específico de militarização da masculinidade fora e dentro do serviço militar da Coreia (*Ibidem*, 2000, p. 34).

No processo de décadas para transição democrática, atravessando o período ditatorial da Coreia do Sul, o rápido crescimento econômico criou um ambiente macroestrutural para o processo de consolidação democrática desabrochar, através do Estado capitalista desenvolvimentista que foi aos poucos mostrando sua face (Jones, 2006, p. 26). Apesar dessa abertura democrática, o regime militar, guiando-se por ideologias confucionistas, em prol de um discurso pela defesa nacional, pela moralidade de gênero, pelo patriotismo, e também pelo anticomunismo (Kwon, 2005, p. 9) mobilizou um forte processo de militarização que foi recebido distintamente por homens e mulheres.

Isso porque ideologias e práticas de feminilidade e masculinidade posicionaram homens e mulheres em lugares fundamentalmente diferentes tendo em vista os pilares de 1) necessidade de sustentar um forte Estado militar; 2) presunção de hierarquia e disciplina para construção de uma sociedade saudável; 3) valores que delineiam uma forma de masculinidade consistente com a carreira militar; 4) legitimação de uma discreta violência de grupos (Cock, 1993 *apud* Kwon, 2005, p. 19).

Nesse panorama, também o militarismo pode ser visto como um processo social de vários níveis que podem moldar a formação da subjetividade pessoal e, simultaneamente, moldar uma cultura coletiva de comunidade, expandindo-se mesmo fora da instituição militar, antes e depois de um período de guerra (Kwon, 2005, p. 9). Com quase metade de sua população submetida a treinamento abusivo dentro de uma cultura militar autoritária, chega-se a descrever a cultura coreana de acordo com um padrão de repressão e controle hierárquico, disciplina e distância de atividades de reprodução culturalmente

ção na cultura sul-coreana com as de igualdade de gênero nas relações familiares, impulsionando acadêmicos a discutir a compatibilidade entre a ideologia confucionista e a ideologia feminista

atribuídas a mulheres. Em vistas da perpetuação do serviço compulsório, o exército foi equiparado, no discurso público, ao dever cívico, reforçando o status de mulheres como cidadãs auxiliares (Jones, 2006, p. 33).

O desenvolvimento nacional a partir do avanço econômico concretizou-se, assim, nas bases do militarismo e da hierarquia confucionista para o disciplinamento de trabalhadores e trabalhadoras e maximização do lucro. Nesse cenário, o trabalho passou a ser conceituado não enquanto vínculo contratual formal, mas como uma relação ética e moral entre empregados e empregadores (Kim, 1997 *apud* Jones, 2006, p. 34). Enquanto soavam-se as primeiras ondas positivas do milagre econômico, o crescimento da classe média acomodou em segundo plano a urgência de uma transição democrática, priorizando o discurso de crescimento primeiro, de modo a associar a transição para a democracia ao risco econômico (*Ibidem*). Com o rápido crescimento e industrialização do país, as dinâmicas de gênero e o desenvolvimento do Estado capitalista se misturaram. Por exemplo, podia-se ver a promoção de uma política de controle de natalidade, como a política familiar de duas crianças, que reduziu o peso da gravidez para mulheres, que se combinava ao crescimento da renda de uma classe média emergente e à ênfase do Estado no provimento de educação para todos, fazendo com que mulheres de classe média fossem contempladas com uma ampla variedade de oportunidades de qualificação educacional e posterior inserção no mercado de trabalho (*Ibidem*). No entanto, por outro lado, para a maioria da população, tornar-se economicamente ativo não equiparava-se ao empoderamento individual, tendo em vista que mesmo a transformação capitalista no país não reduziu as desigualdades de gênero.

A educação para mulheres era vista menos como um caminho para atingir o auto-desenvolvimento e a independência econômica e mais um mecanismo de atração de parceiros de maior status social, equipando-as para tornarem-se ‘mães sábias’ (*Ibidem*, p. 29). Nesse sentido, a ascensão econômica do capitalismo na Coreia do Sul provocou do Estado e de empresas o tratamento das mulheres enquanto força de trabalho dócil e naturalmente subordinada, de modo que uma reestruturação de classe por meio também da diferenciação de gênero foi produzida propositalmente pelo Estado e por elites empresariais para garantir um estoque de trabalhadoras marginalizadas a longo prazo e estabilizar os mecanismos sociais de exploração do trabalho de mulheres (Chang, 1995, p.75 *apud* Jones, 2006, p. 30). Em razão de tal instabilidade de emprego, mulheres eram impelidas a trabalhar consistentemente por mais horas que homens, ganhando significativamente menos.

Mulheres foram, então, mobilizadas para propagar e reforçar a mensagem de segurança que o governo pretendia transmitir, tal como foram convocadas para integrar o Movimento de Nova Comunidade - ou *Saemaul Undong* [새마을 운동] -, plano de governo de modernização da economia da área rural do país, buscando a diminuição da dispa-

ridade dos padrões de vida entre os centros rurais e os centros urbanos, os quais passavam por uma rápida modernização e industrialização (Jung, 2014, p. 81). Mulheres foram, então, o objeto do impulso estatal modernização: mulheres da zona rural, fazendeiras e donas de casa no movimento tiveram protagonismo na promoção e condução de campanhas promovidas pelo Estado. Políticas como o programa de planejamento familiar, que almejava a redução de nascimentos indesejados através de um plano de serviços de saúde básica materna e infantil, ofertando concessões monetárias a mulheres hipossuficientes que aceitassem esterilização voluntária, visavam à diminuição da densidade populacional e à melhoria da renda per capita (Davis, 1994, p. 228; Jung, 2014, p. 93).

O milagre econômico da Coreia do Sul, diante desse cenário, apesar de ter remodelado o tecido da industrialização no setor socioeconômico, pouco impactou no abrandamento das relações e dos valores patriarcais do gênero. Mulheres, agora em acesso ao mercado de trabalho, encontravam-se em posições inferiores de emprego, sendo constantemente submetidas ao abuso de colegas de trabalho e empregadores homens. Sintomaticamente, a pauta feminina durante e após o processo de democratização, mesmo no seio de movimentos sociais progressistas, foi posta como pauta específica secundária dentro do movimento maior de democratização (Jones, 2006, p. 45).

A democratização foi considerada como um movimento conservador, aquém de reestruturações políticas, e realinhamento ideológico baseado no militarismo, no capitalismo de Estado e no Confucionismo. As implicações nas questões de gênero desse legado conservador são, então, complexas. Embora o desejo do Estado Democrático tentar aproximar-se de normas internacionais que tenham ajudado a crescer o foco nas desigualdades de gênero, a falta de questionamento dessas bases que conformam a desigualdade de gênero resultou na coexistência de discursos sobre direitos humanos das mulheres e da promoção da situação das mulheres como força de trabalho flexíveis e suplementares (*Ibidem*). De fato, tem-se reconhecido que o milagre econômico da Coreia do Sul não poderia ter sido alcançado sem a exploração da força de trabalho de mulheres trabalhadoras nas indústrias de trabalho intensivo (Jung, 2014, p. 81).

O grande avanço econômico e social proporcionado por essa industrialização intensa ao longo das décadas de 1960 e 1970 permitiu, além da expansão de oportunidades educacionais para mulheres, a aproximação das relações entre mulheres do movimento estudantil e as mulheres integrantes dos movimentos de trabalhadoras. No entanto, não obstante o forte autoritarismo do regime militar de Chun Doo-hwan entre os anos de 1980 e 1986, a política de apaziguamento adotada em dezembro de 1983 reduziu a opressão do governo e abriu margem para o estabelecimento público de organizações progressistas do movimento de mulheres, as quais participaram em movimentos contra o regime autoritário militar, assumindo uma posição anti-Estado. Essa postura fez com que o plano de

ação do movimento feminino não vislumbrasse políticas institucionais e políticas públicas como ferramentas para solução dos problemas das mulheres.

Ao contrário, o movimento feminino assumia o Estado como um corpo burocrático que ofuscava a sociedade civil pelo exercício da força contra a democracia e os direitos civis (*Ibidem*, p. 84). Em razão disso, as pautas do movimento feminino não chegavam a se concentrar tanto em problemas advindos de questões de gênero, mas sim no alcance da democracia e na derrubada do aparato estatal que oprimia a classe trabalhadora em prol da manutenção do capitalismo.

Os sofrimentos e lutas de mulheres jovens trabalhadoras de fábrica dos anos 1970 moldaram significativamente o movimento feminista da década posterior. Seus protestos geraram indignação e preocupação humanitária em meio às mulheres progressistas de classe média, membros de igreja radicais e outras ativistas femininas. O ativismo de classe trabalhadora feminina, então, contribuiu substancialmente para o desenvolvimento da consciência de gênero de mulheres trabalhadoras, mas também de mulheres de classe média (Nam, 2000, p. 97).

Grupos progressistas de mulheres, portanto, recusaram-se a cooperar com o Estado que controlava e limitava suas atividades, tendo em vista que, sob o regime militar de Park Chung-hee (1963-1979) e de Chun Doo-hwan (1980-1988) posições anti-governo eram frequentemente interpretadas como pró-comunistas e pró-Coreia do Norte. Nesse contexto, as políticas voltadas às mulheres nos anos 1980 eram determinadas exclusivamente pelo Estado, seja em razão de sua natureza autoritária, seja em razão da relutância do movimento feminino em estabelecer um engajamento com instituições governamentais (Kim, 2002, p. 29).

Nesse sentido, a gestão de assuntos relacionados às mulheres, à época, era liderada por apenas três grandes instituições nacionais: O Instituto de Desenvolvimento de Mulheres Coreanas, o Comitê Nacional em Políticas de Mulheres e o Ministério de Assuntos Políticos II, que demonstraram ser resultado de pressão doméstica e internacional, especialmente no que concerne às questões levantadas na Convenção das Nações Unidas sobre a Eliminação de Todas As Formas de Discriminação Contra Mulheres de 1979 (Jung, 2014, p. 96)

A recuada do governo militar, já ao fim da década de 1980, e a introdução de eleições presidenciais diretas impulsionou a participação política feminina durante a eleição do governo civil liderado por Kim Young-sam em 1993, possibilitando um cenário político de alargamento de movimentos femininos com grande influência política. Essa abertura de terreno para a atuação do movimento feminino, já sob um novo governo democrático, junto à pressão para promoção de políticas de transversalização de gênero - ou *gender mainstreaming* - também como objetivo fixado na Conferência Mundial sobre a

Mulher das Nações Unidas de 1995, acabou por impactar a visão que o movimento feminista tinha sobre a possibilidade de aproximações com o governo coreano.

As aproximações do movimento feminista, nas mais diversas ramificações que ele assumia no contexto sul coreano, resultaram em significativas conquistas políticas em relação à promoção da igualdade de gênero, sendo a criação do Ministério da Igualdade de Gênero e da Família em 2001, a instituição de uma política de cotas para mulheres em eleições locais e nacionais e a descriminalização do aborto em 2021 algumas delas. No entanto, é verdade ainda que esses avanços não se estendem ao quadro social geral, em que se pode ver ainda altos níveis de desigualdade. Considerando a atuação do movimento feminista sul-coreano como uma mobilização de impacto sócio-político, há de se reconhecer também a sua influência na esfera cultural tendo em vista que visa ao questionamento e à superação de valores que sustentam a violência de gênero contra a mulher.

A *Hallyu* e a representação feminina no meio dos dramas coreanos

Compreendendo a primeira fase da *Hallyu* como aquela caracterizada pela valorização do produto midiático dos dramas coreanos, a partir do final dos anos 1980 e começo dos anos 1990, como estratégia comercial e política, mas também como um modo de reafirmação cultural da Coreia do Sul sendo o que hoje se denomina de *Soft Power*. Coincide essa valorização dos dramas de TV, portanto, com o fervor dos movimentos sociais femininos que reivindicavam reformas legislativas em relação a questões de gênero, como leis de família, igualdade e violência sexual (Boman, 2022, p. 2).

Com o desenvolvimento dos meios de comunicação a partir do século XXI, como as redes sociais e a internet, novas plataformas de discussão e debate surgiram para o movimento feminista sul-coreano. O ativismo feminista, então, mesclou-se aos meios de comunicação em que os produtos culturais que visavam à representação da identidade sul-coreana também eram transmitidos ao mercado e ao cenário internacional. No entanto, na medida em que programas de TV manifestavam seu sucesso por meio da exposição do cotidiano e da cultura sul-coreana, valores Confucionistas e patriarcais que o movimento feminista buscava questionar - como de hierarquia, de fragilidade feminina, de amor romântico ligado à subserviência da mulher ao homem - entravam em confronto com esses novos olhares, que também adivinham da esfera internacional ocidental. A primeira onda dos dramas de TV foi, assim, caracterizada pela super-representação de homens em um mercado de trabalho fictício e pela representação de mulheres em um papel de mãe ou esposa submissa sempre na posição de auto-sacrifício (Lee; Park, 2015, p. 396)

Ao passo que o desenvolvimento capitalista também atingia a sociedade sul-coreana, uma hibridização de valores também foi feita no seio da esfera cultural de consumo. Nesse cenário, no entanto, não há de se estabelecer uma posição de mera passividade da

Coreia do Sul em relação à imposição de produtos e valores culturais ocidentais através da confluência do mesmo sistema econômico entre países do Ocidente e a Coreia do Sul. Por esse motivo, reconhece-se que há uma interação de práticas locais e globais em diversos aspectos da vida material e do discurso emanado por grupos como movimentos femininos e setores políticos e que, em razão dessa hibridização, a popularização de determinados temas, como a igualdade de gênero, começa a aparecer gradativamente em mídia como os dramas coreanos (Boman, 2022, p. 4).

As convenções culturais e características dessa sociedade transmitidas por meio dos dramas coreanos, portanto, podia não ser apreciada por certa parcela da audiência coreana, mas a exibição de temas tidos como feministas tendiam, sim, a representar as negociações havidas entre práticas e ideais locais, regionais e globais. O feminismo no Ocidente é amplamente associado ao surgimento dos embates entre liberalismo e socialismo, em um longo período cumulativo, enquanto a Coreia do Sul vivenciou uma modernidade comprimida desde as décadas iniciais do governo ditatorial militar até os dias atuais. Isso porque, a atuação do movimento feminino e feminista começou a ganhar espaço justamente nesse período de transição, no qual cidadãos são influenciados pelos modos de ser do Ocidente e de suas exportações culturais, como a música pop, o mundo *fitness* e, não menos importante, um feminismo inspirado no feminismo ocidental (*Ibidem*, p. 5).

Isso faz com que não apenas temas feministas sejam abordados em dramas coreanos, tendo como referência o feminismo liberal, no sentido de assumir a sociedade como um campo competitivo em que se prega o respeito aos indivíduos, corporações e países, no qual se acreditou que as pessoas mais inteligentes e mais ligadas ao ritmo industrial iriam ter uma vida de sucesso (*Ibidem*). Dramas coreanos, por isso, são ditos por apresentar uma hibridização de culturas que resulta em narrativas que são altamente palatáveis para as massas globais, na sua representação de mundos fantasiosos facilmente identificáveis pelo grande público.

Nesse momento, aparece no mundo dos dramas coreanos o que pesquisadores costumam nomear como hibridização de culturas, que indica uma mistura de valores tradicionais e modernos, como os de amor heteronormativo e de ressignificação de papéis atribuídos à masculinidade e à feminilidade (*Ibidem*). Por esse motivo, tornam-se reductionistas afirmações que restringem a vivência da representatividade feminina sul-coreana em relação ao feminismo e ao movimento feminista à homogeneização de valores ocidentais. Dizer, então, que debates sobre a representatividade feminina e suas ressignificações em dramas coreanos são apenas instigados em razão da influência do feminismo ocidental significa apagar a esfera de ação e a capacidade de reinvenção da tradição da sociedade sul-coreana.

Nesse sentido, a representação de mulheres em dramas coreanos é multifacetada e

moderna, abraçando uma interseccionalidade na medida que representam mulheres coreanas, isto é, mulheres não-brancas, com camadas ricas de subjetividade (Singh, 2020, p. 3). Personagens que incorporam imagens da ‘mulher moderna’, como chefes de corporações, que possuem habilidades inigualáveis - mesmo em relação a figuras masculinas - de inteligência e força, que representam a liderança familiar, que são protagonistas na luta pela justiça, entre outras narrativas, são exemplos dessa diversidade subjetiva da figura feminina nesses produtos culturais.

Isso pode demonstrar um esforço consciente dos produtores e roteiristas que buscam criar um cenário mais atrativo aos valores modernos de representatividade feminina em dramas coreanos, como também pode indicar uma estratégia de atração do público feminino para o consumo desses programas e crescimento de popularidade e lucro para as empresas de entretenimento audiovisual no mercado nacional e, especialmente, internacional. Considerando a possibilidade de tais hipóteses ocorrerem concomitantemente, ainda, sabe-se que o crescimento da representatividade da diversidade feminina não reflete necessariamente uma mudança estrutural em relação à existência de uma atenuação da desigualdade de gênero na sociedade sul-coreana como um todo. Tampouco sequer o crescimento da diversidade de narrativas femininas significa uma fuga dos padrões de opressão de gênero, como se vê, por exemplo, pela pressão da manutenção de uma aparência física magra, de pele clara, cabelos sedosos e pele macia de atrizes (*Ibidem*, p. 4).

Por isso a tentativa do aumento da representatividade de dramas coreanos em relação a personagens femininas encontra seu limite na medida que integra também um cenário de cultura, ou de produtos culturais *mainstream* dentro do contexto sul-coreano, isto é, uma cultura consumida por um público majoritariamente pertencente a determinada classe, nível educacional e faixa etária. No entanto, essas narrativas provocam também rachaduras nessas ‘gaiolas de representatividade’ na medida que extravasam fronteiras de consumo e são introjetadas em outros contextos culturais, conforme se vê pela popularidade de dramas coreanos, por exemplo, em países latino-americanos (Mazur, 2021, p. 186).

Isso nos leva para o aparecimento de novas formas de interpretação das narrativas femininas que são propostas pelos dramas de TV coreanos. Além de os holofotes serem voltados para a representação de protagonistas não-brancas e não-ocidentais, configurações diferentes da estrutura social patriarcal e machista, como é a sociedade sul-coreana, estão sendo postas em debate com a expansão dessas histórias para o mercado televisivo internacional. E nesse ponto é onde mora a importância da exportação dessas novas formas de narrativa: a conquista de novos espaços de debate impacta também a visão sobre as dinâmicas de gênero havidas onde essas narrativas nascem, isto é, impacta o olhar da sociedade coreana sobre si mesma.

Considerações finais

A construção de uma identidade a partir da *Hallyu* como estratégia da indústria cultural sul-coreana para o crescimento do mercado cultural e sobreposição da Coreia do Sul como nação asiática detentora de poder de influência - manifesto pelo que se denomina de *Soft Power* - sobre o Ocidente tornou-se cada vez mais evidente com o crescimento do consumo de produtos culturais como os dramas de TV coreanos. A televisão sul-coreana e o investimento no mercado cinematográfico nacional tornou o país um dos maiores exportadores de produtos culturais televisivos e, com isso, um dos que mais movimentam fluxos de interesse cultural. A leitura de mundo que dramas coreanos exibem em suas narrativas é produzida não ao acaso, tampouco exclusivamente para o público nacional. Isso faz com que as especificidades culturais do contexto sul-coreano ganhem uma nova roupagem frente à hibridização com interesses internacionais de ganho de público global.

Dentro dessa perspectiva, volta-se a um dos produtos de maior consumo dentro desse ramo televisivo sul-coreano: os dramas, ou séries, coreanos. O formato narrativo desse produto cultural foi sendo lapidado mais intensamente ao longo da redemocratização da Coreia do Sul, em meio à efervescência social e política que tomava corpo no país. Nesse cenário, especialmente, é onde se destacam os movimentos sociais e, mais especificamente, os movimentos femininos e feministas em luta para a promoção de políticas democráticas de atenuação da desigualdade social e de gênero. É assim, também, que tais pautas recebem atenção política e começam a ser levadas a sério em nível estatal.

Em razão de tais transformações gradativas, não é de se espantar a mudança de narrativas em relação ao protagonismo feminino nos dramas de TV, porém também não se pode afirmar que foram elas significativas a ponto de revolucionar positivamente as dinâmicas de opressão de gênero no contexto social sul-coreano e a impressão do público a respeito da desigualdade de gênero e do papel feminino na sociedade sul-coreana. Apesar disso, o contato com novos públicos provocou e ainda provoca debates a respeito dessas mudanças de narrativas sobre a representatividade feminina por meio dos dramas sul-coreanos ao redor do mundo. Mais do que a identificação com figuras femininas, o questionamento sobre a manutenção de estruturas hierarquizadas e normativas de gênero abre o olhar para novas formas de contestação do patriarcado havidas, por exemplo, no contexto sul-coreano.

Procurou-se, nesse artigo, através da retomada de aspectos históricos e culturais, o debate sobre algumas dessas questões que permeiam o debate acerca dos produtos culturais televisivos dos dramas coreanos, especificamente sobre discussões de gênero e representatividade, haja vista a popularidade que tais mídias têm ganhado nos últimos anos.

Os dramas de TV sul-coreanos, para além de exporem novas narrativas culturais, são também fontes para debate sobre a perpetuação de certas estruturas a nível internacional sob novas roupagens. A representatividade da mulher em dramas coreanos, portanto, consiste em mais uma possibilidade de discussão e de compartilhamento perspectivas sobre a subjetividade feminina e sobre as formas que ela, carregada por suas especificidades culturais, mas também afetada por influências externas, se materializa no mundo e influencia outras diversas individualidades.

Referências

BALDACCHINO, Jean-Paul; PARK, Eun-Jee. Between fantasy and realism: : gender, identification and desire among Korean viewers of second-wave Korean dramas. **European Journal of East Asian Studies**, n. 20, p. 285-309, 2021. Disponível em: <https://www.um.edu.mt/library/oar/handle/123456789/86822>.

BOMAN, Björn. Feminist themes in Hallyu 4.0 South Korean TV dramas as a reflection of a changing sociocultural landscape, **Asian Journal of Women's Studies**, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/12259276.2022.2127622>.

CARLOS, Giovana. Do mangá para o dorama: a representação da irritação em Nodame Cantabile. **Revista Interamericana de Comunicação Midiática**, v. 11, n. 21, p. 129-151. 2012

DAVIS, Lisa Kim. "Korean Women's Groups Organize" In: GELB, Joyce; PALLEY, Marian Lief (org.), **Women of Japan and Korea: Continuity and Change**, 1994, p. 223-239.

JONES, Nicola Anne. **Gender and the political opportunities of democratization in South Korea**. New York: Palgrave Macmillan, 2006.

JUNG, Kyungja. **Practicing feminism in South Korea: the women's movement against sexual violence**. New York: Routledge, 2014.

KIM, Bok-rae. Past, present and future of Hallyu (Korean Wave). **American International Journal of Contemporary Research**, v. 5, n. 5, p. 154-160, out. 2015. Disponível em: https://www.aijcrnet.com/journals/Vol_5_No_5_October_2015/19.pdf

KIM, Kyounghee. "A Frame Analysis of Women's Policies of Korean Government and Women's Movement in the 1980s and 1990s," **Korean Journal**, v. 42, n. 2, 2002, p. 5-36.

KOH, Eunkang. Gender issues and Confucian scriptures: Is Confucianism incompatible with gender equality in South Korea?. **Bulletin of the School of Oriental and African Studies**, v. 71, 2008, p 345-362

KWON, Insook. A feminist exploration of military conscription: the gendering of he con-

nections between nationalism, militarism and citizenship in South Korea, **International Feminist Journal of Politics**, v.3, n.1, 2000, p. 26-54.

KWON, Insook. How Identities and Movement Cultures Became Deeply Saturated with Militarism: Lessons from the Pro-democracy Movement of South Korea, **Asian Journal of Women's Studies**, v. 11, n. 2, 2005, p. 7-40

LEE, Dayoon. The evolution of family policy in South Korea: From Confucian familism to Neo-familism. **Asian Social Work and Policy Review**. v. 12, n. 1, 2018, p. 46-53

LEE, Sue Jin. The Korean wave: The Seoul of Asia. **The Elon Journal of Undergraduate Research in Communications**, v. 2, n.1, p. 85-93, 2011. Disponível em: <https://eloncdn.blob.core.windows.net/eu3/sites/153/2017/06/09SueJin.pdf>

LEE, Jiyeun; PARK, Sung-Yeon. Women's employment and professional empowerment in South Korean dramas: a 10-year analysis, **Asian Journal of Communication**, v. 25, n. 4, 2015, p. 393-407. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/full/10.1080/01292986.2014.968594>

MAZUR, Daniela. A indústria televisiva sul-coreana no contexto global. **Revista Ação Midiática - Estudos em Comunicação Sociedade e Cultura**, n. 22, p. 172-191, jul. 2021. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/acaomidiatica/article/view/73021/44152>

MAZUR, Daniela. **Um mergulho na Onda Coreana, Nostalgia e Cultura pop na série de K-drama "Reply"**. (Dissertação de Mestrado) PPG em Comunicação. Universidade Federal Fluminense, 2018.

NAM, Jeong-Lim. Gender politics in the Korean transition to democracy. **Korean Studies**, v. 24, p. 94-112, 2000. Disponível em: <https://doi.org/10.1353/ks.2000.0012>.

NYE, Joseph. **Soft Power: the means to success in world politics**. New York: Public Affairs, 2004.

PETERSON, Mark. 'Barbie' and Korean patriarchy. **The Korea Times**, 2023. Disponível em: https://www.koreatimes.co.kr/www/nation/2023/09/638_357779.html

SINGH, Kamna. Women in Popular Korean Drama: In Need of Embracing 'Cyborg' Feminism. **Rupkatha Journal on Interdisciplinary Studies in Humanities**, v. 12, n. 5,, p. 1-7, 2020. Disponível em: <https://rupkatha.com/rioc1s12n4/>

SHIM, Dooboo. Hybridity and the rise of Korean popular culture in Asia. **Media Culture Society**, n. 28, v. 25, p. 25-44, 2006.

SILVA, Amanda de Moraes. Igualdade de gênero e democracia: A Coreia do Sul e o movimento feminino. In: BUENO, André (Org.). **Novos estudos em Extremo Oriente**. 1ª ed. Rio de Janeiro: Proj. Orientalismo/UERJ, 2022.

THE ECONOMIST. **The glass-ceiling index.** 2023 Disponível em: <https://www.economist.com/graphic-detail/glass-ceiling-index>

WORLD ECONOMIC FORUM. **Global Gender Gap Report.** 2023. Disponível em https://www3.weforum.org/docs/WEF_GGGR_2023.pdf?_gl=1*ivycf7*_up*MQ..&gclid=CjwKCAiAmZGrBhAnEiwAo9qHidOGAPTPZZlxlHe82KpR9fHOzyg8r-0k4O0tsQO-1xrAcU6qgNIJGFRoCz18QAvD_BwE

FORMAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL: DISCIPLINAS QUE DEBATEM AS OPRESSÕES DE GÊNERO, RAÇA E DIREITOS HUMANOS

Formation in Social Service: Disciplines that debate the oppressions of gender, race and rights

Mayara Augusta Monteiro Ramos

Mestra em Serviço Social pela Universidade Federal de Sergipe, assistente social da prefeitura municipal de Salvador.

Olivia Irine Reis Santos

Mestranda pelo Programa de Pós-graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Sergipe.

Tereza Cristina Santos Martins

Pós-doutorado em Serviço Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro; Doutora em Serviço Social pela Universidade Federal de Pernambuco e professora Associada do Departamento de Serviço Social da Universidade Federal de Sergipe.

Resumo

O artigo objetiva identificar as principais categorias que norteiam as referências bibliográficas utilizadas nas disciplinas dos cursos de Serviço Social das Instituições de Ensino Superior públicas do país e apontar algumas implicações para a formação e exercício profissional. Trata-se de uma pesquisa bibliográfica e documental, de natureza qualitativa, baseada em dados levantados nos sites dos cursos. A pesquisa revelou que são ofertadas 226 disciplinas com as temáticas gênero, raça/etnia e direitos humanos e demonstrou que muitas das referências utilizadas para tratar as temáticas não são produzidas pela profissão, o que demanda análise dos impactos na formação profissional.

Palavras-chave: serviço social; formação profissional; teorias sociais; opressões

Abstract

The article aims to identify the main categories that guide the bibliographic references used in the subjects of Social Service courses at public Higher Education Institutions and point out some implications for professional training and practice. This is bibliographic and documentary research, of a qualitative nature, based on data collected on the course websites. The research revealed that 226 subjects are offered with the themes of gender, race/ethnicity and human rights and demonstrated that many of the references used to address the themes are not produced by the profession, which requires analysis of the impacts on professional training.

Keywords: social service; professional qualification; social theories; oppressions

Introdução

O Serviço Social, profissão essencial na viabilização dos direitos sociais, é uma categoria profissional inserida na divisão social e técnica do trabalho e sua consolidação se dá através das intervenções nas mais diversas expressões da questão social, configurando-se enquanto uma profissão de caráter interventivo (Iamamoto, 2009). Nesse contexto, a formação profissional no Serviço Social tem passado por grandes mudanças ao longo dos anos.

O novo projeto profissional da profissão foi construído no processo de lutas pela redemocratização do país e concebido nas condições políticas da redemocratização e formação de pensamento crítico no Serviço Social, que passou a produzir um conhecimento considerável. Segundo Yamamoto (2007), o projeto de formação profissional do Serviço Social no Brasil tem sua construção nas duas últimas décadas do século XX e tem buscado a união entre o rigor teórico-metodológico e a condução de um exercício profissional sintonizado com a dinâmica da sociedade.

Esse processo foi impulsionado pela construção das diretrizes curriculares e se constituiu em um esforço coletivo para conferir estatuto teórico e ético-político com condições de responder às demandas postas, uma vez que na atuação profissional dos assistentes sociais, as questões de gênero, de raça/etnia e direitos humanos estão presentes e para que os profissionais possam atuar frente a essas questões faz-se necessário conhecimento científico, sendo imprescindível que tais temáticas sejam discutidas nas instituições de ensino através de disciplinas presentes nas grades curriculares obrigatórias dos cursos. Dito isso, vislumbrou-se a necessidade de estudar o tema.

O estudo foi desenvolvido no Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC) Componentes/ disciplinas de gênero e raça/etnia e direitos humanos nos Cursos de Serviço Social no Brasil: matrizes da teoria social moderna que os/as orientam e objetivou identificar as principais categorias que norteiam as referências bibliográficas utilizadas nas disciplinas dos cursos de Serviço Social das Instituições de Ensino Superior (IESs) públicas do país. Para o desenvolvimento da temática, foram pesquisadas as estruturas curriculares dos cursos e os componentes curriculares que tratam das questões de gênero, raça/etnia e direitos humanos, a fim de localizar as ementas e referências bibliográficas que versam sobre os conteúdos.

A partir daí foram situadas as categorias trabalhadas majoritariamente nas disciplinas, bem como as autoras/es contabilizados enquanto principais escolhas nestas ementas. Para tal, utilizou-se pesquisa do tipo bibliográfico e documental, de natureza qualitativa, realizada, inicialmente, nos sites dos cursos de Serviço Social no Brasil. Desse modo, foram contabilizadas apenas as disciplinas cujas ementas puderam ser localizadas nos sites

das IESs. Destaca-se que, para efeitos de pesquisa, optou-se pela ênfase em gênero, raça/etnia e direitos humanos, mas as disciplinas que debatem a questão geracional também foram contabilizadas.

Assim, construiu-se um trabalho que identificou algumas categorias que aparecem com maior frequência nas ementas das disciplinas estudadas e os autores/as que as estudam. Levando-se em conta os limites impostos pelo tempo de desenvolvimento de uma pesquisa de iniciação científica, esse artigo apresenta um resultado a ser aprofundado em pesquisas futuras.

Nesse contexto, a investigação das Instituições de Ensino Superior (IESs) públicas que ofertam graduação presencial em Serviço Social demonstrou 68 (sessenta e oito) cursos ofertados por 54 (cinquenta e quatro) IESs públicas, sendo elas Federais, Estaduais e Municipais, localizadas em todas as regiões brasileiras (Norte, Nordeste, Centro-Oeste, Sul e Sudeste). Nos cursos encontrados, identificou-se a oferta de 226 (duzentas e vinte e seis) disciplinas com as temáticas de gênero, raça/etnia e direitos humanos.

Assim, a análise das estruturas curriculares dos cursos das cinco regiões do país permitiu identificar que, dentro do total de disciplinas, 110 (cento e dez) são obrigatórias e 116 (cento e dezesseis) são optativas. Ao traçar um retrato da presença dessas temáticas por regiões, elas estão assim distribuídas: 16 (dezesseis) no Centro-Oeste, 48 (quarenta e oito) no Nordeste, 18 (dezoito) no Norte, 96 (noventa e seis) no Sudeste e 48 (quarenta e oito) no Sul.

Evidencia-se, portanto, um conjunto de disciplinas ofertadas com conteúdo que vem contribuindo para formar discentes de Serviço Social no país. Nesse sentido, cabe indagar: considerando a direção social do projeto político profissional do Serviço Social, que direção teórica vem sendo adotada na implementação dos componentes curriculares/disciplinas que tratam das questões de gênero, de raça/etnia e de direitos humanos? Os resultados da pesquisa apontam a existência de ementas que sinalizam aspectos categoriais das matrizes da teoria social moderna.

Categorias teóricas presentes nas ementas e principais referências bibliográficas dos componentes/disciplinas que tratam de gênero, raça/etnia e direitos humanos

Dentro do conjunto de disciplinas que abordam gênero, raça/etnia e direitos humanos, a análise realizada revelou, no que diz respeito a gênero, 18 (dezoito) disciplinas que tratam da temática, e a região com mais disciplinas sobre o tema é o Sudeste, com 7 (sete) disciplinas, distribuídas em 6 (seis) IES diferentes. A região Sul, por sua vez, apresenta 4 (quatro) disciplinas em diferentes instituições. Na re-

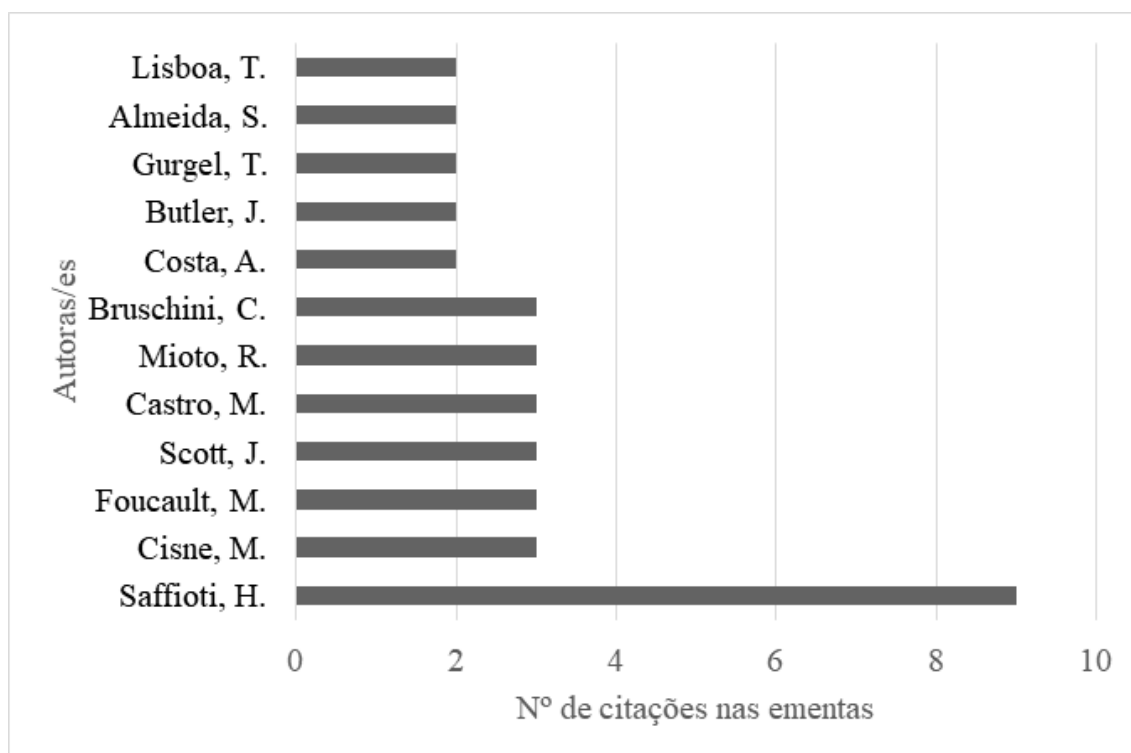
gião Nordeste há, também, 4 (quatro) disciplinas. Nas regiões Norte e Centro-oeste existem menos disciplinas com essa temática, sendo identificadas na primeira apenas uma disciplina e, na segunda, 2 (duas) disciplinas. Ademais, 24 (vinte e quatro) disciplinas apresentaram intersecção entre as temáticas, isto é, trataram de distintos temas, dentre eles a questão de gênero.

O exame dos dados demonstrou que dentre as disciplinas citadas, as autoras mais usadas são aquelas conhecidas por compor a produção teórica sobre gênero, como Joan Scott e Heleieth Saffioti. Entretanto, também se percebe a presença de autoras do âmbito do Serviço Social, a exemplo de Mirla Cisne.

Salienta-se que os dados foram sistematizados por meio de um processo estruturado e metodologicamente planejado, com o objetivo de garantir a organização, a precisão e a validade das informações coletadas. Primeiramente, foi estabelecido um planejamento de seleção para as disciplinas a serem investigadas, com base em variáveis predefinidas, como o conteúdo programático e a relevância

Após a definição das disciplinas, os dados foram coletados por meio de instrumentos específicos, como planilhas e gráficos. A partir desse ponto, as informações foram transcritas e organizadas em categorias temáticas, o que possibilitou uma análise estruturada e aprofundada, permitindo uma visão abrangente e confiável dos dados. O gráfico 1 sistematiza alguns destes dados.

Gráfico 1: Autoras/es mais utilizados nas disciplinas que debatem gênero nos cursos de Serviço Social no Brasil.



Descrição: “Gráfico de barras que ilustra as autoras e autores mais citados nas disciplinas que abordam gênero nos cursos de Serviço Social no Brasil. O gráfico revela que Saffioti é a autora mais citada, com nove menções nas ementas. Em seguida, aparecem Cisne, Foucault, Scott, Castro, Mito e Bruschini, todos com três citações. Por último, Costa, Butler, Gurgel, Almeida e Lisboa são citados duas vezes”.

Fonte: Autoria própria.¹

Ao analisarmos as referências bibliográficas, verificamos quais as categorias mais utilizadas nas disciplinas que tratam sobre gênero nos cursos de Serviço Social das IES do Brasil, são elas: relações de gênero e feminismo/movimento feminista. As bibliografias utilizadas para tratar tais categorias adotam perspectivas diversas. Por exemplo, Scott (1990, p. 2), explicita que “as feministas passaram a utilizar a palavra ‘gênero’ mais seriamente, no sentido mais literal, como uma maneira de referir-se à organização social da relação entre os sexos”, de modo que

[...] o “gênero” era um termo proposto por aquelas que defendiam que a pesquisa sobre mulheres transformaria fundamentalmente os paradigmas no seio de cada disciplina. As pesquisadoras feministas assinalaram muito cedo que o estudo das mulheres acrescentaria não só novos temas como também iria impor uma reavaliação crítica das premissas e critérios do trabalho científico existente. “Apreendemos” [...] “que inscrever as mulheres na história implica necessariamente a redefinição e o alargamento das noções tradicionais do que é historicamente importante, para incluir tanto a experiência pessoal e subjetiva quanto as atividades públicas e políticas [...]” (Scott, 1990, p. 3-4)

Por outro lado, Saffioti, intelectual mais empregada nos componentes curriculares analisados, é referenciada, na maioria das vezes, com sua obra “Gênero, Patriarcado, Violência”, onde, ao abordar das relações de gênero, explana que

Se o marxismo clássico atribuía importância excessiva ao macropoder e se os autores que chamaram a atenção para a relevância do micropoder não apresentaram um projeto de transformação da sociedade na direção da democracia integral, este livro propõe-se combinar macro e microprocessos, a fim de avançar na obtenção deste objetivo. (Saffioti, 2015, p. 10).

No debate sobre o feminismo, as bibliografias utilizadas nas disciplinas apontam para um movimento que suscita importantes questionamentos, pois

¹ Utilizamos, nos gráficos 1, 2, 3 e 4, as autoras/es cujas formações/graduações foram localizadas, com vistas à contabilização.

Se todos são socializados para ser machistas, não poderá esta sociedade mudar, caminhando para a democracia plena? Este processo é lento e gradual e consiste na luta feminista. Trocar homens por mulheres no comando daria, com toda certeza, numa outra hierarquia, mas sempre uma hierarquia geradora de desigualdades. As feministas não deixam de ser femininas, nem são mal-amadas, feias e invejosas do poder masculino. São seres humanos sem consciência dominada, que lutam sem cessar pela igualdade social entre homens e mulheres, entre brancos e negros, entre ricos e pobres. (Saffioti, 2015, p. 94).

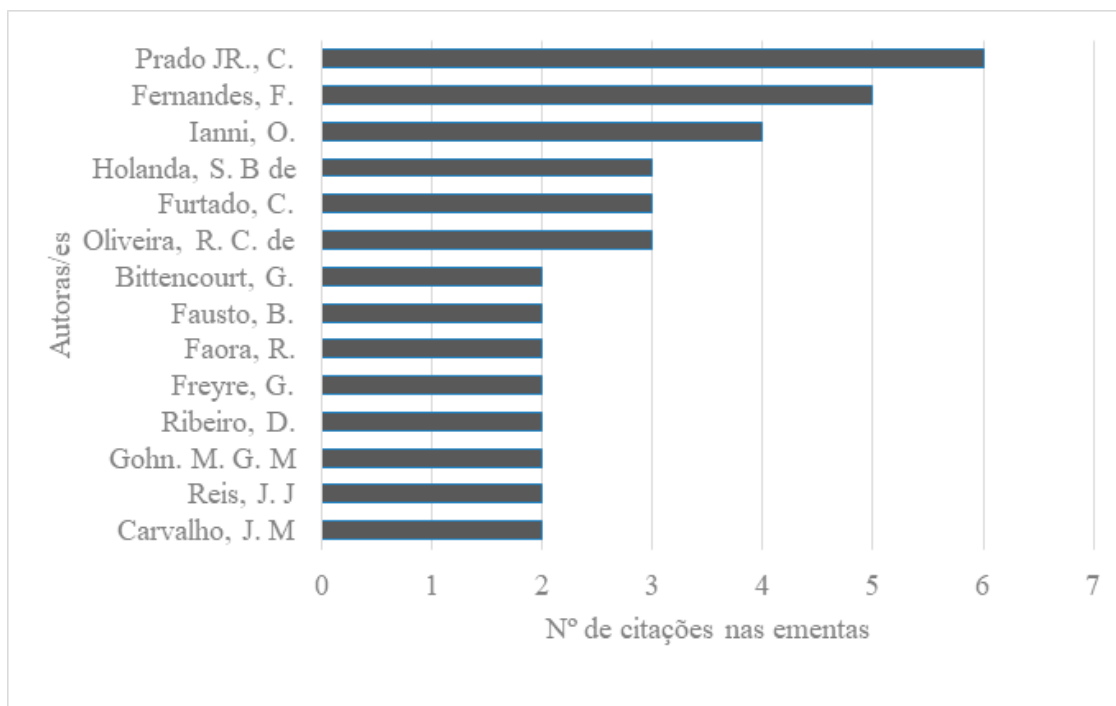
Para Scott (1990, p. 19), o movimento feminista tem sua história correlacionada com a “história de recusa da construção hierárquica da relação entre masculino e feminino; nos seus contextos específicos é uma tentativa de reverter ou deslocar seus funcionamentos” e, nas demais referências bibliográficas utilizadas verificou-se marcante presença de outras autoras/es preocupadas em conceituar as principais categorias utilizadas no debate sobre gênero.

Seguindo o mesmo movimento, na análise dos componentes curriculares que discutem raça/etnia, observa-se que dos 68 (sessenta e oito) cursos de Serviço Social em todo o país, apenas 26 (vinte e seis) disciplinas apresentam nomenclaturas que explicitam tratar a temática étnico-racial, sendo 14 (catorze) interseccionados com outras temáticas. Mas, quando se analisam as ementas, percebe-se que 50 (cinquenta) fazem menção ao tema.

Dentre estas, apenas 31 (trinta e uma) são de caráter obrigatório, exigindo uma análise acerca desses dados, principalmente quando se observa que 24 (vinte e quatro) das disciplinas que compõem o quantitativo da temática raça/etnia são ofertadas pela Região Sudeste, sendo 15 (quinze) obrigatórias e 9 (nove) optativas. A região Sul possui 12 (doze) disciplinas, sendo 8 (oito) obrigatórias e 4 (quatro) optativas e na região Nordeste existem, também, 12 (doze) disciplinas, sendo 7 (sete) obrigatórias e 5 (cinco) optativas. No Centro-Oeste não foram encontradas disciplinas que trabalhem unicamente a temática raça/etnia, que aparece na perspectiva interseccional, atravessada por outros debates.

Na análise dos dados, identificamos os autores que aparecerem majoritariamente nas ementas/programas das disciplinas que tratam de raça/etnia nos cursos de Serviço Social no Brasil. Os teóricos mais utilizados são Caio Prado Jr e Florestan Fernandes, como aponta o gráfico 2.

Gráfico 2: Autoras/es mais utilizados nas disciplinas que debatem raça/etnia nos cursos de Serviço Social no Brasil.



Descrição: “Gráfico de barras que ilustra as autoras e autores mais citados nas disciplinas que abordam raça/etnia nos cursos de Serviço Social no Brasil. O gráfico revela que Prado Jr., Fernandes e Ianni são os autores mais utilizados, com seis, cinco e quatro citações, respectivamente; Holanda, Furtado e Oliveira são citados três vezes; Bittencourt, Fausto, Faora, Freyre, Ribeiro, Gohn, Reis e Carvalho são citados apenas duas vezes”.

Fonte: autoria própria.

A apreciação dá conta de um conjunto de categorias que aparecem nas ementas e referências bibliográficas pesquisadas. No entanto, para essa etapa da pesquisa, buscamos analisar as três categorias principais (raça, etnia e questão racial), dada a sua importância no âmbito da discussão.

Dessa forma, partindo do que foi disponível, identificamos alguns conceitos dessas categorias nos autores das obras utilizadas. De acordo com Guimarães (1995) os pesquisadores das ciências sociais em geral utilizam o modelo de relações raciais dos Estados Unidos como parâmetro para compreender os determinantes de raça dos demais países, como no Brasil. Esse modelo, de determinada forma, acabou proporcionando a negação da existência de raças no Brasil. Nos Estados Unidos, as relações raciais se processavam de forma violenta e a segregação era embasada em critérios biológicos e, dessa maneira, há um afastamento do modelo brasileiro, que ocorre de forma mais sutil.

Para Munanga (2003) a etimologia da palavra raça vem de *razza*, palavra italiana, assim, surgiu do latim *ratio*, tendo seu significado basicamente traduzido como “espécie”. Esse conceito, no início, foi utilizado nas ciências da natureza para a classificação de alguns seres vivos, isto é, raça e classe eram utilizadas na classificação de plantas e animais.

Essa forma de classificar na atualidade caiu em desuso e o conceito de raça passa a ter novo significado a partir de perspectivas temporais. “No latim medieval, o conceito de raça passou a designar a descendência, a linhagem, ou seja, um grupo de pessoa que têm um ancestral comum e que, *ipso facto*, possuem algumas características físicas em comum” (Munanga, 2003 p.1).

Entre os séculos XVI e XVII o entendimento sobre raça tornou-se fundamentalmente indissociável das relações sociais de classes na França, pois a nobreza local se dissociava da plebe e se considerava uma raça superior, de sangue puro. Munanga (2003, p. 2) destaca que

[...] a variabilidade humana é um fato empírico incontestável que, como tal merece uma explicação científica. Os conceitos e as classificações servem de ferramentas para operacionalizar o pensamento. É neste sentido que o conceito de raça e a classificação da diversidade humana em raças teriam servido. Infelizmente, desembocaram numa operação de hierarquização que pavimentou o caminho do racismo.

De acordo com Schwarcz (1998, p. 182) a temática raça preserva cuidados, pois “inexistem no país regras fixas ou modelos de descendência biológica aceitos de forma consensual”, já que definir uma “linhagem” a partir da cor no Brasil é muito arriscado. Dessa maneira, Schwarcz (1998, p. 182) alerta que

Se tentou deslocar a importância biológica do termo raça, limitando-o a um conceito taxonômico e meramente estatístico. Compostos de cientistas sociais e geneticistas, os encontros chegavam a conclusões quase culpadas acerca do assunto ao admitir que o fenótipo era apenas um pretexto físico e empírico. Sob “a capa da raça” introduziam-se considerações de ordem cultural, na medida em que à noção se associavam crenças e valores. O conceito deixava, assim, de ser considerado natural, já que se denotava uma classificação baseada numa atitude negativa para com determinados grupos.

Nessa direção, a etnia se difere da raça, pois “o conteúdo da raça é morfo-biológico e o da etnia é sócio-cultural, histórico e psicológico” Munanga (2003, p. 12). Um povo entendido como raça branca ou negra, por exemplo, pode no seu conjunto possuir diversas etnias. A etnia é um grupo que tem uma ancestralidade comum através de fontes históricas ou míticas, possuindo determinantes comuns. Dessa forma, Munanga (2003, p. 12) salienta que

Algumas etnias constituíram sozinhas nações. Assim o caso de várias sociedades indígenas brasileiras, africanas, asiáticas, australianas, etc. que são ou foram

etnias nações. Os territórios geográficos da quase totalidade das etnias nações africanas foram desfeitos e redistribuídos entre territórios coloniais durante a conferência de Berlim (1884-1885). É por isso que o mapa geo-político da África atual difere totalmente do mapa geo-político précolonial. Os antigos territórios étnicos, no sentido dos estados nações são hoje divididos entre diversos países africanos herdados da colonização. O antigo território da etnia iorubá se encontra dividido hoje entre as Repúblicas de Nigéria, Togo e Benin; o antigo território da etnia Kongo é hoje dividido entre as Repúblicas de Angola, Congo Kinshasa e Congo Brazaville, etc. para citar apenas dois exemplos entre dezenas.

Ante o exposto, verifica-se que a questão racial vem sendo discutida por diversos autores, dentre eles Munanga (1999), Schwarcz (1993) e Telles (2003), que trazem o prisma da miscigenação como um fator fundante para se entender a questão racial no Brasil.

De acordo com Telles (2003), a miscigenação é uma das formas de segregação, já que essa mistura de raças acaba criando uma ideologia racial. No Brasil, a miscigenação foi fortemente defendida, no entanto, causava medo nas elites do país. “Embora a mistura racial não reflita necessariamente a realidade do comportamento social brasileiro, esse conceito tem sido fundamental para compreender as relações raciais em termos brasileiros” (Telles, 2003 p. 16).

Para o autor, o Brasil, assim como outros países da América Latina, defende a ideologia de miscigenação racial, mas com versões distorcidas e românticas, expandidas em caráter nacionalista e aprovadas pelo Estado. As elites, apesar do temor, também vêm utilizando a mestiçagem como parâmetro positivo para se afastarem de qualquer forma de reparação histórica para com a população racialmente discriminada.

Conforme Munanga (1999) a miscigenação racial tem pontos ligados à ideologia nazista, onde esse processo acaba contribuindo no sumiço de particularidades do povo conquistado, ou seja, nessa dinâmica características consideradas negativas da raça “inferior” são excluídas. Para Schwarcz (1993), era necessário que o sujeito tivesse uma boa linhagem, e isso aconteceria com o aumento do sangue branco.

No contexto brasileiro, Munanga (1999) explica que a questão da miscigenação foi palco de discussões no final do século XIX e os pensadores do país, à época, utilizavam conceitos americanos e europeus. Tanto no Brasil quanto em países que tiveram período de colonização semelhantes, buscavam-se esses teóricos não para teorizar sobre a construção racial do país, mas como ferramenta para lidar com o problema da diversidade racial. Nesse sentido Munanga (1999, p. 51) entende que

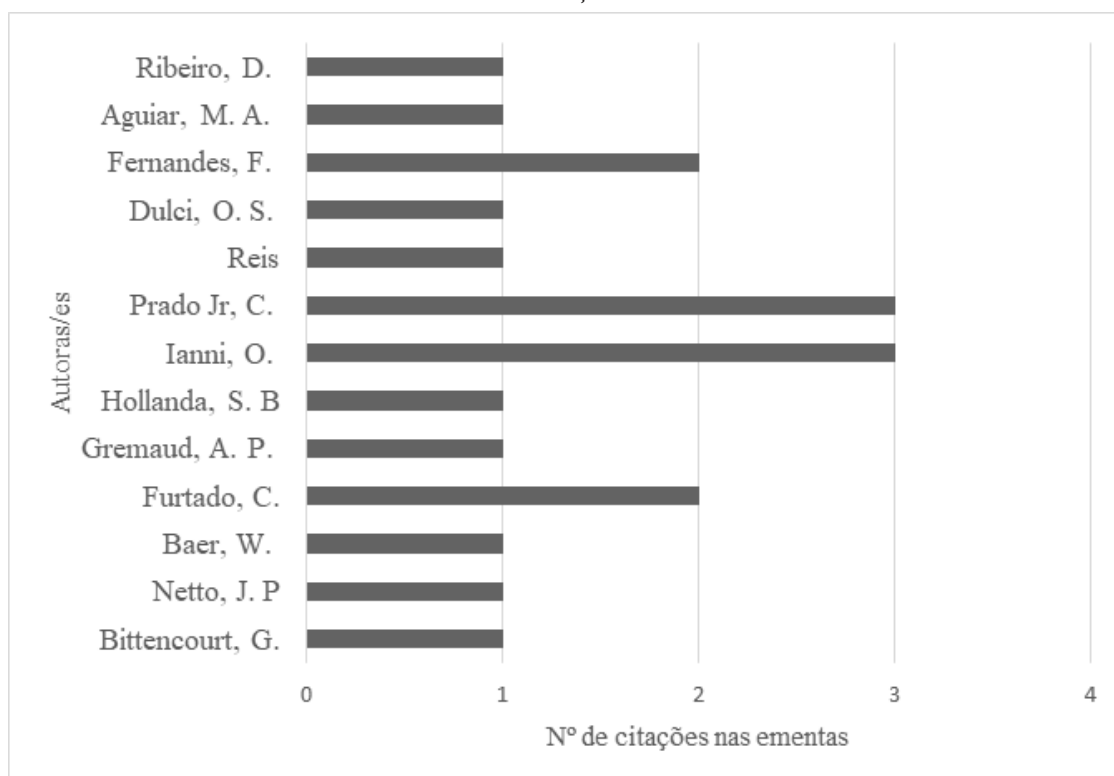
A pluralidade racial nascida do processo colonial representava, na cabeça dessa elite, uma ameaça e um grande obstáculo no caminho da construção de uma

nação que se pensava branca, daí por que a raça tornou-se o eixo do grande debate nacional que se travava a partir do fim do século XIX e que repercutiu até meados do século XX. Elaboraões especulativas e ideológicas vestidas de cientificismo dos intelectuais e pensadores dessa época ajudariam hoje, se bem reinterpretadas, a compreender as dificuldades que os negros e seus descendentes mestiços encontram para construir uma identidade coletiva, politicamente mobilizadora.

Nessa direção, as categorias raça/etnia são fundamentais para se entender a questão racial no Brasil e os autores Munanga (2003), Schwarcz (1998) e Guimarães (1995) trazem perspectivas de análises semelhantes elas, principalmente no que diz respeito à conceituação de raça e etnia, com a primeira ligada à questão biológica e a segunda relacionada ao prisma social.

Ainda com relação às disciplinas analisadas, foram observadas 7 (sete) que tratam da formação sócio-histórica brasileira. Estas disciplinas apontam para a realização da discussão da formação social da sociedade brasileira durante o período colonial e, dessa forma, foram contabilizadas como disciplinas que discutem raça/etnia. No entanto, a bibliografia sinaliza que autores que priorizam a análise do aspecto econômico da formação do país tem maior destaque nesses componentes curriculares, conforme aponta o gráfico 3.

Gráfico 3: Autoras/es mais utilizados nas disciplinas que debatem a formação sócio-histórica brasileira nos cursos de Serviço Social no Brasil.



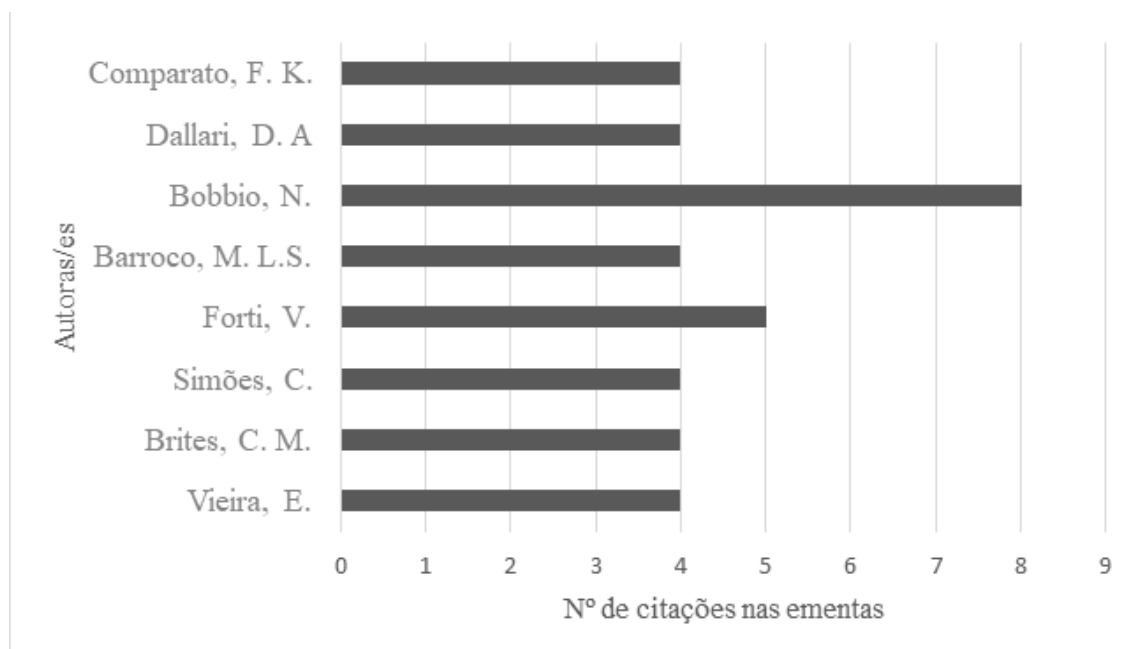
Descrição: “Gráfico de barras que ilustra as autoras e autores mais citados nas disciplinas que abordam a

formação sócio-histórica brasileira nos cursos de Serviço Social no Brasil. O gráfico revela que Prado Jr. e Ianni são os autores mais utilizados, com três citações cada; Furtado e Fernandes são citados duas vezes; Ribeiro, Aguiar, Dulci, Reis, Hollanda, Gremaud, Baer, Netto e Bittencourt são citados uma única vez”.

Fonte: autoria própria.

Com relação às disciplinas que abordam os direitos humanos, 25 (vinte e cinco) tratam da temática e estão divididas da seguinte maneira: 2 (duas) na região Norte, 3 (três) no Nordeste, 11 (onze) no Sul, 7 (sete) no Sudeste e 2 (duas) no Centro-oeste. Dentre elas, foi possível localizar nos sites das instituições 23 (vinte e três) que continham ementas/programas e através de análise foram identificados os autores mais utilizados, conforme aponta o gráfico 4.

Gráfico 4: Autoras/es mais utilizados nas disciplinas que debatem direitos humanos nos cursos de Serviço Social no Brasil.



Descrição: “Gráfico de barras que ilustra as autoras e autores mais citados nas disciplinas que abordam direitos humanos nos cursos de Serviço Social no Brasil. O gráfico revela que Bobbio é o autor mais utilizado, com oito citações; Forti é citado cinco vezes; Comparato, Dallari, Barroco, Simões, Brites e Vieira são citados quatro vezes cada”.

Fonte: autoria própria.

Noberto Bobbio foi o autor mais utilizado, em 8 (oito) disciplinas no total. Além dele, também apareceram Valéria Forti (cinco vezes), Maria Lúcia Barroco, Fábio Konder Comparato, Dalmo de Abreu Dallari, Carlos Simões, Cristina Maria Brites e Evaldo Vieira, todos estes em 4 (quatro) disciplinas diferentes. Através das produções teóricas desses autores foram analisadas as categorias identificadas com maior frequência nas ementas

das referidas disciplinas.

Com relação à categoria direitos humanos, Bobbio em seu livro intitulado “A era dos Direitos” discorre acerca dos fundamentos dessa temática, para ele (2014, p. 14),

[...] há direitos com estatutos muito diversos entre si. Há alguns que valem em qualquer situação e para todos os homens indistintamente: são os direitos acerca dos quais há a exigência de não serem limitados nem diante de casos excepcionais, nem com relação a esta ou àquela categoria, mesmo restrita, de membros do gênero humano (é o caso, por exemplo, do direito de não ser escravizado e de não sofrer tortura). Esses direitos são privilegiados porque não são postos em concorrência com outros direitos, ainda que também fundamentais.

Mais adiante, o autor pondera sobre a existência dos direitos humanos e direitos sociais. Em suas palavras,

[...] Quando digo que os direitos do homem constituem uma categoria heterogênea, refiro-me ao fato de que —desde quando passaram a ser considerados como direitos do homem, além dos direitos de liberdade, também os direitos sociais — a categoria em seu conjunto passou a conter direitos entre si incompatíveis, ou seja, direitos cuja proteção não pode ser concedida sem que seja restringida ou suspensa a proteção de outros.

Já para Forti (2012), os direitos ultrapassam os limites da visão liberal de direitos civis e políticos, eles são resultado de uma luta pela ampliação dos direitos sociais. De acordo com a referida autora

a partir da segunda metade do século XX, setores mais oprimidos das sociedades também engrossaram a luta pela ampliação dos direitos civis, a exemplo de lutas como as contra a discriminação racial, de gênero e de idade, contra a tortura, pela expressão da diversidade sexual, pela preservação do meio ambiente etc. (Forti, 2012, p. 276).

O arcabouço teórico trabalhado nas disciplinas, conforme exposto sucintamente acima, demonstra a pluralidade de ideias dos autores e, portanto, sinaliza diferentes matrizes teóricas presentes no debate de direitos humanos. Esse fato exige pensar que o Serviço Social, desde seu processo de ruptura com o conservadorismo, construiu um projeto profissional a partir de princípios que visam a emancipação humana, entendendo ser necessário para isso a superação do modo de lutar entre as diferentes classes sociais. Nas palavras de Barroco e Terra (2012, p. 41),

a busca de ruptura com o conservadorismo profissional é produto histórico de uma prática social coletiva construída historicamente [...] essas percorrem um processo desencadeado desde os anos 1950, impulsionado pela erosão das bases do tradicionalismo profissional e pela renovação da profissão nos marcos da crise do capitalismo pós-guerra, pela eclosão de movimentos revolucionários e contestatórios, em nível mundial e latino-americano, e no Brasil, no âmbito da autocracia burguesa, na década de 1960.

Dessa maneira, no Brasil, o PEP surge no contexto de redemocratização da sociedade pós ditadura militar. Nesse processo, diversos meios de organização da classe trabalhadora, tais quais partidos e outros movimentos sociais, emergem como respostas a agudização das expressões da questão social. A partir desse período, a ética e os valores norteadores do Serviço Social brasileiro passam a ser fortemente influenciados pela teoria social de Marx. Portanto, a partir daí, “O PEP exigiu uma nova postura ética, novos valores e referenciais teóricos e a reformulação das principais referências para a formação profissional e para a fiscalização do exercício profissional” (Barroco; Terra, 2012 p. 42).

A nova ética da profissão volta-se para o compromisso com os interesses da classe trabalhadora. Para se chegar a esse entendimento, o Serviço Social passou por um processo de politização que propiciou à categoria um acúmulo teórico que nortearia a direção ética que a profissão viria a tomar. Por conseguinte, a partir da década de 1990, o debate sobre a questão dos direitos humanos começa a se destacar como consequência do contexto de regressão dos direitos e aumento das desigualdades sociais no país. Desse processo resultou o CE de 1993 em que os direitos humanos se tornam uma discussão central para categoria. De acordo com Barroco e Terra (2012, p. 53),

[...] o CE se organiza em torno de um conjunto de princípios, deveres, direitos e proibições que orientam o comportamento ético profissional, oferecem parâmetros para a ação cotidiana e definem suas finalidades ético-políticas, circunscrevendo a ética profissional no interior do projeto-político e em sua relação com a sociedade e a história.

Nessa direção, através da teoria social de Marx, a concepção de sujeito a-histórico, acrítico dos moldes conservadores é substituída pelo entendimento do indivíduo como um ser social. Este se diferencia dos outros seres por ser capaz de desenvolver ações conscientes onde consegue fazer escolhas e agir de forma livre. No entanto, tais escolhas estão submetidas às condições sociais objetivas que podem ampliar suas alternativas de escolhas ou, simplesmente, cerceá-las. Nesse contexto, a sociabilidade burguesa inviabiliza a possibilidade de emancipação, visto que é pautada na sobreposição de uma classe sobre outra,

portanto, é uma sociabilidade desigual em sua natureza.

Visando ultrapassar esses limites, o PEP propõe a construção de mediações que permitam romper com essa lógica, visando, dessa forma, outro tipo de sociabilidade em que sejam superadas essas desigualdades. Por essa razão, pauta-se ações que mesmo dentro da sociabilidade burguesa têm perspectivas emancipatórias, pois há “constatação de que nessa sociedade é impossível a universalização de uma ética objetivadora de valores emancipatórios, não se conclui, *necessariamente*, a impossibilidade de sua realização *parcial*.” (Barroco; Terra, 2012, P. 55).

Assim, o CE elenca 11 (onze) princípios fundamentais que são centrais para sua finalidade ético-política, sendo eles: i) liberdade; ii) defesa dos direitos humanos; iii) democracia; iv) equidade e justiça social; v) oposição a qualquer forma de preconceito; vi) pluralismo; vii) horizonte de uma ordem societário livre de exploração e dominação; viii) articulação com categorias profissionais que possuam um projeto profissional que coadunem o PEP; ix) compromisso com a qualidade do serviço prestado; x) compromisso com exercício profissional contrário a qualquer forma de discriminação.

Ante o exposto, verificou-se que os dados identificados na pesquisa demonstram que as disciplinas vêm sendo trabalhadas com autores diversos e de matrizes teóricas distintas. Se por um lado esse fato sinaliza o debate plural nessas disciplinas, por outro, aponta para a necessidade de mediações que possibilitem garantir a direção social do projeto ético-político profissional.

Considerações finais

É fundamental sinalizar que a formação de uma massa crítica² no interior da categoria profissional possibilitou uma produção teórica importante e com “a incorporação de matrizes teóricas e metodológicas compatíveis com a ruptura do conservadorismo político: data de então a aberta utilização de vertentes críticas” (Netto, 1999, p. 102), principalmente as de inspiração marxista.

Portanto, mapeadas as disciplinas que versam sobre tais temas, foi constatado que os cursos de graduação em Serviço Social no Brasil são deficientes no que diz respeito à abordagem de conteúdos imprescindíveis para a formação profissional, ou seja, de conteúdos referentes a questões de gênero, de raça/etnia e de direitos humanos. As disciplinas são presentes nas diversas regiões do território brasileiro, em maior ou menor quantidade, mas em um quantitativo reduzido e de forma recorrente na modalidade optativa, o que serve de indicador do processo de invisibilidade das questões que envolvem essas temáti-

2 “A expressão *massa crítica* denota o conjunto de conhecimentos produzidos e acumulados por uma determinada ciência, disciplina ou área do saber” (Netto 1999, p. 102, grifos do autor).

cas no país.

A análise realizada, a partir dos dados identificados na pesquisa, demonstra um universo plural das referências bibliográficas trabalhadas pelas disciplinas. Esse aspecto sinaliza para a coexistência de um debate norteado por matrizes teóricas distintas e divergentes e muitas das referências utilizadas para tratar as temáticas não são produzidas pela profissão, o que demanda análise dos impactos na formação profissional.

Por tratar-se de um artigo fruto de pesquisa de iniciação científica, com um período temporal incompatível com o aprofundamento da análise do objeto, recomenda-se pesquisas posteriores no sentido de aprofundar a questão aqui apenas pontuada. Por essa e por outras limitações, não é possível trazer conclusões mais efetivas. No entanto, é possível afirmar que as matrizes teóricas dos autores que as disciplinas utilizam sinalizam uma pluralidade e, nesse sentido, indica a necessidade de mediações que conduzam o debate no sentido de assegurar a direção social do projeto ético-político profissional do Serviço Social.

Referências

BARROCO, M. L. S; TERRA, S. H; Conselho Federal de Serviço Social – CFESS (Org.). **Código de ética do/a assistente social comentado**. São Paulo: Cortez, 2012.

BOBBIO, Norberto. **A era dos direitos**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.

Código de Ética do Assistente Social. Lei 8.662/1993 de regulamentação da profissão. 10º ed. Brasília, DF: Conselho Federal de Serviço Social, 2012.

FORTI, Valéria. Direitos Humanos e Serviço Social: notas para o debate. **O Social em Questão**. Ano XV, n. 28, p. 265-280, jul-dez, 2012. Disponível em: <http://osocialemquestao.ser.puc-rio.br/media/13artigo.pdf>. Acesso em: 5 jul. 2019.

IAMAMOTO, M. V. **Serviço Social em Tempo de Capital Fetiche**: capital financeiro e questão social. São Paulo: Cortez, 2007.

IAMAMOTO, M. V. **O Serviço Social na cena contemporânea**, 2009.

MUNANGA, Kabengele. **Rediscutindo a mestiçagem no Brasil: Identidade nacional versus identidade negra**. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 1999.

MUNANGA, Kabengele. Uma abordagem conceitual das noções de raça, racismo, identi-

dade e etnia. In. BRANDÃO, André Augusto Pereira (org.) **Cadernos Penesb** n. 5. Niterói: EdUFF, 2003.

NETTO, J. P. **A construção do projeto ético-político do Serviço Crise contemporânea**, questão social e Serviço Social. Brasília, CEAD, 1999.

SAFFIOTI, H. I. B. **Gênero, patriarcado e violência**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2015. Coleção Brasil Urgente.

SCHWARCZ, L., M. **O espetáculo das raças: cientistas sociais e questão racial no Brasil, 1870-1930**. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

SCHWARCZ, Lilia M. 1998. “**Nem preto nem branco, muito pelo contrário: cor e raça na intimidade**”. In: História da vida privada no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, pp. 174-243.

SCOTT, J. **Gênero**: uma categoria útil para análise histórica. Educação & Realidade. V. 15, n. 2, jul/dez. 1990.

TELLES, Edward. **Racismo à brasileira: uma nova perspectiva sociológica**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará: Fundação Ford, 2003.

O ROMPIMENTO DE LIST COM A ECONOMIA POLÍTICA CLÁSSICA: REFLEXÕES SOBRE AS CRÍTICAS DIRECIONADAS A ADAM SMITH

List's break with Classical Political Economy: Reflections on critiques directed at Adam Smith

Diego Eymard

Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Economia da UNIFAL, graduado em Ciências Econômicas pela UFSJ. Vice-Coordenador e Professor do Departamento de Economia Maria Smith-Falkner do Centro de Estudos Interdisciplinares (CEI) do Instituto Soyuz. Membro do Corpo Editorial da Revista Ypí. Pesquisador vinculado à CNPq.

Resumo

Este artigo tem como objetivo explorar o rompimento de Friedrich List com a economia política clássica, por meio da análise das críticas que ele direciona a Adam Smith, um dos principais expoentes dessa escola. Para isso, foram investigados os textos fundamentais de ambos os autores, a fim de extrair as bases de suas teorias econômicas. Identificou-se que, enquanto Smith desenvolve sua teoria econômica a partir da perspectiva dos indivíduos, List adota uma abordagem centrada na nação, opondo-se ao que ele denominou “economia cosmopolítica” e ao individualismo. Essa análise revela as diferenças essenciais das abordagens de Smith e List, destacando a contribuição pioneira de List para a teoria econômica e sua crítica nacionalista à economia política clássica. O artigo, portanto, reitera a importância do contexto nacional nas reflexões econômicas de List e seu distanciamento em relação ao pensamento econômico dominante da primeira metade do século XIX.

Palavras-chave: Friedrich List; Adam Smith; escola clássica; escola histórica alemã

Abstract

This article aims to explore Friedrich List's break with classical political economy by analyzing his critiques of Adam Smith, one of the leading figures of this school. For this purpose, the fundamental texts of both authors were examined to extract the bases of their economic theories. It was found that while Smith develops his economic theory from the perspective of individuals, List adopts a nation-centered approach, opposing what he termed “cosmopolitan economy” and individualism. This analysis reveals the essential differences in the approaches of Smith and List, highlighting List's pioneering contribution to economic theory and his nationalistic critique of classical political economy. The article, therefore, emphasizes the importance of the national context in List's economic reflections and his departure from the dominant economic thought of the first half of the 19th century.

Keywords: Friedrich List; Adam Smith; classical school; german historical school

Introdução

Neste trabalho, analiso as principais críticas de Friedrich List (1789-1846) a Adam Smith (1723-1790), no que tange às discussões do que seria a economia política e de quais seriam os focos de uma teoria desse campo.

Promotor das ideias que seriam desenvolvidas pela escola histórica alemã, List pensa a economia política como uma ciência nacional, voltada para os interesses da nação, enquanto Smith a encara como um estudo das forças econômicas dos indivíduos organizados em uma sociedade comercial. A contraposição entre a escola clássica de Smith e a escola histórica alemã se evidenciará conforme as críticas do segundo autor contra o primeiro forem expostas.

Para isso, realizei uma leitura das principais obras dos dois autores: *Investigação sobre a natureza e as causas da riqueza das nações* (1776), de Smith, e *Sistema nacional de economia política* (1841), de List, com o auxílio de interpretações de comentadores e estudiosos sobre o assunto.

No primeiro capítulo, *Adam Smith e alguns pressupostos da economia política*, evidencio que o ponto de partida de Smith é a divisão do trabalho e que propõe existir uma harmonia social resultante da aplicação das forças econômicas pelos indivíduos, cada um em sua respectiva função, motivados pelo autointeresse. No segundo capítulo, encontro no pensamento de List a centralidade do conceito de “nação”¹ para a elaboração de sua teoria econômica e observo que, desse ponto de vista nacional e em contraposição ao que ele chama de “economia cosmopolita”, está o rompimento com os pressupostos individualistas colocados por Smith.

Adam Smith e alguns pressupostos da economia política

Adam Smith foi o responsável por derrubar os paradigmas dos mercantilistas, para quem a riqueza deveria ser aumentada através de uma balança comercial favorável; e da escola fisiocrata, que colocava a agricultura como a única fonte de riqueza. A saber, Smith viveu o capitalismo em sua fase manufatureira, isto é, nos primórdios do capitalismo industrial. A manufatura já continha em sua configuração a divisão da sociedade em duas classes: uma de capitalistas industriais, os donos das manufaturas, e outra de trabalhadores contratados, aparecendo, então, as duas formas de rendimento tipicamente capitalistas: o lucro industrial do capitalista e o salário dos trabalhadores (Rubin, 2014).

¹ Para List (2006), o conceito de “nação” refere-se a uma comunidade política e econômica com interesses particulares, cuja prosperidade depende do crescimento harmonioso de setores como a agricultura, a manufatura e o comércio, bem como da proteção e promoção de suas indústrias nacionais.

Por esse motivo, o conceito de divisão do trabalho se revela como central na filosofia social de Smith. Nos capítulos iniciais de *Investigação sobre a natureza e as causas da riqueza das nações* (1776), Smith procura na divisão do trabalho as causas da riqueza das nações. Para ele, a divisão do trabalho refere-se ao processo pelo qual o trabalho em uma sociedade é dividido em tarefas especializadas, permitindo que os indivíduos se tornem mais eficientes e produtivos em suas funções específicas. De acordo com Smith, a divisão do trabalho foi gerada pela troca, sendo uma “[...] consequência necessária, embora muito lenta e gradual, de uma certa tendência ou propensão existente na natureza humana [...]: a propensão a intercambiar, permutar ou trocar uma coisa pela outra” (Smith, 1985, p. 49). Como salienta Curi (2016), na teoria de Smith, a propensão às trocas surgia “[...] como o elemento da essência humana capaz de amalgamar a sociedade preservando a autonomia de seus membros” (Curi, 2016, p. 79).

Nesta sociedade demarcada pela divisão do trabalho, as necessidades humanas só podem ser satisfeitas com a permuta dos diferentes produtos do trabalho de cada trabalhador. Portanto, “[...] todo homem subsiste por meio da troca, tornando-se de certo modo comerciante; e assim é que a própria sociedade se transforma naquilo que adequadamente se denomina sociedade comercial” (Smith, 1985, p. 57).

Por esta razão, Smith reivindica que as forças econômicas, baseadas na natureza humana, são o motor da sociedade comercial. Para ele, a propensão humana à troca é uma característica intrínseca, que supera obstáculos legais e políticos, permitindo que o progresso econômico abra “[...] uma via para si mesmo, independente da influência retardadora da má legislação que viola os princípios do direito natural” (Rubin, 2014, p. 214). Nesse sentido, o direito natural, para Smith, refere-se à ordem econômica baseada na tendência humana ao autointeresse e à troca. Ao desvincular a economia política da doutrina do direito natural tal como concebida pelos fisiocratas, Smith a transforma numa ciência que analisa as forças econômicas de forma mais abstrata, não através de leis imutáveis, mas de princípios gerais que refletem a ação humana em busca de seus interesses.

Em Smith, a tarefa do economista passa a ser estudar a atividade dessas forças econômicas imutáveis. Tais forças são colocadas como atributos dos indivíduos. Por carregar uma natureza propensa para melhorar a própria condição, o indivíduo realiza, a partir de suas aspirações, esforços naturais que conduzem ao progresso econômico de toda a sociedade. Se, para os fisiocratas², a condição do progresso era a implementação de um

2 A fisiocracia é uma escola do pensamento econômico francês que inaugura muitas das discussões que seriam desenvolvidas no decorrer da economia política clássica, como a discussão sobre como se dá a circulação e a distribuição do capital na sociedade capitalista, que é ilustrada no famoso *Quadro Econômico* (1758) de François Quesnay, uma tentativa de descrever a circulação do capital num ciclo produtivo entre três classes sociais – a dos produtores, a dos proprietários e a estéril (Quesnay, 1983, p. 262). Os fisiocratas sonhavam com uma economia que se baseasse num sistema dominado pelo empreendimento de grande escala, com grandes fazendas capitalistas tal qual a agricultura inglesa do século XVIII (Kuntz, 1984, p. 13),

sistema imutável de direito natural, para Smith passa a ser a atividade do homem econômico (Rubin, 2014).

Ao invés de explicar a natureza desse tipo de comportamento econômico a partir das condições sociais em que ele subsiste, Smith vê a sociedade de seu tempo apenas como uma condição adicional para a plena exteriorização das forças naturais do indivíduo. Se antes estas forças eram atravancadas pelo trabalho forçado escravista, ou pelo trabalho servil do feudalismo, agora, na sociedade burguesa, que para ele concede a máxima liberdade aos indivíduos, estes são livres para satisfazerem suas aspirações através de seus próprios esforços. As características da sociedade burguesa se transformam em formas eternas e naturais da economia, em contraposição às formas artificiais do passado (Rubin, 2014, p. 216).

A sociabilidade é então vista por Smith como a interação dos indivíduos, isolados uns dos outros, no interior da sociedade de mercado. Esta interação é tomada como a troca de mercadorias, uma característica que aparece como permanente aos indivíduos e independente de instituições, isto é, todos possuem certa propensão a trocar, dados os seus interesses pessoais: “Um interesse pessoal individual o torna apto a estabelecer trocas com outras pessoas; e a aspiração à troca [...] produz, por sua vez, a divisão do trabalho entre as pessoas” (Rubin, 2014, p. 217).

Logo, é através da divisão do trabalho que Smith concebe a ideia de uma harmonização geral de interesses na sociedade: já que cada indivíduo e que cada empresa, considerados em sua singularidade, buscam alcançar o objeto de seus próprios interesses, o resultado dos diferentes esforços particulares só pode ser o benefício de toda a sociedade. Mas o autor só pôde ver o problema desse modo por não entender a diferença crucial entre divisão social do trabalho e divisão técnica do trabalho: enquanto a divisão social do trabalho se refere à especialização de empresas individuais em diferentes ramos de produção e à troca desses produtos no mercado, a divisão técnica do trabalho ocorre no interior de cada empresa singular, entre seus próprios trabalhadores. Com efeito, sua análise foca “[...] não nas formas sociais da divisão do trabalho, mas sobre suas vantagens materiais e técnicas no aumento da produtividade do trabalho” (Rubin, 2014, p. 228). Assim, Smith não conseguiu ver na divisão social do trabalho a luta pelo preço do produto, por exemplo, o que o fez superestimar a harmonia e ignorar as contradições e os antagonismos sociais.

A respeito desta harmonização geral de interesses na sociedade através de suas partes na figura dos indivíduos, em relação a ação dos ricos e dos pobres na sociedade, voltadas para a satisfação das próprias necessidades, Smith (2015) afirma que eles são conduzidos

e toda a teoria fisiocrata está ancorada nos princípios do direito natural (Rubin, 2014, p. 143).

[...] por uma mão invisível a fazer quase a mesma distribuição das necessidades da vida que teria sido feita, caso a terra fosse dividida em porções iguais entre todos os seus moradores; e assim, sem intenção, sem saber, promovem os interesses da sociedade, e oferecem meios para multiplicar a espécie (Smith, 2015, p. 226).

Esta harmonização está condicionada, portanto, à ação dos indivíduos motivados pelo autointeresse. Ao promover ações que são convenientes para si mesmos no contexto de uma sociedade comercial segmentada pela divisão do trabalho, os indivíduos contribuem para o progresso social. Do ponto de vista de Santos e Bianchi (2007), o autointeresse está baseado no conceito de amor-próprio, que não se resume a um simples instinto de sobrevivência e autopreservação, mas que possui projeções morais, políticas e econômicas na esfera social. Nesse contexto, o indivíduo, ao nutrir amor-próprio, preocupa-se não apenas com suas motivações egoístas de ascensão econômica, mas com o cuidado de si, o verdadeiro fundamento da criação de interesse para o que lhe diz respeito. Desse modo, os autores defendem que a mão invisível possui uma dimensão institucional, no sentido de que ela define e delimita o conjunto de escolhas abertas aos indivíduos.

Ainda que os conceitos de harmonia social, de mão invisível e de indivíduo³ sejam complexos no interior do pensamento de Smith, sua apropriação por economistas posteriores, como os marginalistas C. Menger e W. Jevons, foi bastante problemática. Desta apropriação surge, por exemplo, o conceito de *homo economicus*, que, como bem aponta Avila (2010), obedece ao objetivo de abstrair a conduta humana e resulta diretamente da combinação entre positivismo, individualismo metodológico, análise econômica e utilitarismo.

Toda a querela do *homo economicus* baseia-se no método dedutivo, que analisa os fenômenos a partir de premissas gerais e universais, muitas vezes desconectadas da realidade concreta. a ciência econômica concebe uma visão limitada do comportamento humano, na qual o *homo economicus* se converte num agente puramente racional, sempre em busca de maximizar seus prazeres e minimizar suas dores. No entanto, é importante destacar que essa visão é meramente uma tendência idealizada, não correspondendo necessariamente ao comportamento real dos indivíduos, que enfrentam limitações cognitivas, falta de informações e outras barreiras. A crítica mais comum ao conceito de *homo economicus* reside no fato de que ele ignora essas complexidades, apresentando um modelo de racionalidade que, embora útil teoricamente, muitas vezes não reflete a totalidade

3 Para Smith, *harmonia social* refere-se à ideia de que, quando os indivíduos buscam afirmar o seu autointeresse, eles contribuem, sem perceber, para o bem-estar da sociedade como um todo, graças à coordenação espontânea das ações econômicas de mercado. Já o conceito de *indivíduo* em Smith está relacionado ao papel central do ser humano como agente econômico racional, cuja liberdade de ação no mercado permite que o progresso econômico aconteça.

das ações humanas no contexto econômico.

Apesar de o conceito de *homo economicus* não ter sido cunhado por Smith, tampouco o método dedutivo ter sido utilizado por este autor, as primeiras formulações desta concepção partiram de sua teoria econômica pautada nas forças econômicas individuais. Por esse motivo, as críticas de List, no âmbito da escola histórica alemã, revelam-se como um importante prelúdio para o que viria a ser a chamada “batalha dos métodos” (*Methodenstreit*), protagonizada por G. Schmoller, do lado da escola histórica alemã e do método histórico e indutivo, e por C. Menger, do lado do marginalismo e do método dedutivo (De Mello Filho e Silveira, 2019).

List e a crítica à economia política

No prefácio de seu livro, *Sistema nacional de economia política*, Friedrich List expõe desde suas dúvidas iniciais em relação à teoria dominante da economia política até suas críticas mais elaboradas a ela. Observando seu próprio país, a Alemanha do século XIX, List (2006) rejeita o que chama de “cosmopolitismo” e propõe a substituição desse modo de ver a economia pela verdadeira natureza das coisas, pelas lições de história e pelas exigências das nações. Sua obra surge em um contexto de intensa transformação política e econômica na Alemanha, um período marcado pelo esforço de unificação dos Estados Alemães, cujo objetivo era fortalecer suas economias internas e se integrar ao cenário europeu. Nesse ínterim, List desenvolveu sua teoria econômica com o objetivo de promover a integração econômica dos Estados Alemães, reconhecendo que o livre comércio irrestrito beneficiaria apenas as nações já industrializadas.

Para List, a Alemanha, em processo de industrialização, precisava adotar políticas protecionistas para competir em pé de igualdade com potências como a Inglaterra. Daí o caráter central do conceito de nação enquanto uma comunidade política e econômica com interesses particulares, e aí está a chave para a compreensão de sua crítica à economia política clássica. Ele declara: “Como diferença característica do sistema por mim elaborado menciono a nacionalidade. O fundamento de todo o meu edifício é a natureza da nacionalidade enquanto membro intermédio entre individualidade e humanidade” (List, 2006, p. 78).

Opondo-se à escola clássica, List denunciou a falta de noção histórica e a generalização das particularidades feitas pelos teóricos que a compunham, bem como o individualismo e o naturalismo, para os quais apresentou como contraste o conceito de nação. Sobre o conceito de nação na obra de List, Filho (1999) faz a seguinte observação:

A nação, a unidade nacional, é o cimento aglutinador de um povo que é fundamentado na liberdade civil [...], na pujança e na perseverança de um povo

com determinação ao trabalho, nos nexos morais e éticos, no farto material intelectual, nos recursos naturais e no potencial de sua agricultura e, sobretudo, de sua indústria (Filho, 1999, p. 108).

Com efeito, List (2006) se propôs a investigar, com base no método histórico, o desenvolvimento dos povos italiano, suíço, holandês, inglês, espanhol, português, francês, alemão, russo e norte-americano. Para todos esses povos, sua investigação demonstrou que a prosperidade econômica está diretamente associada à liberdade e ao aperfeiçoamento das instituições. Afinal, deslocando-se do terreno melindroso no qual Smith caiu ao colocar o indivíduo como motor do desenvolvimento, o alemão percebe que “[...] a História ensina que os indivíduos vão buscar a maior parte da sua força produtiva às instituições e às condições sociais” (List, 2006, p. 254)⁴.

Nesse contexto, enquanto Smith falava em interesses e aspirações individuais que convergiam para um benefício coletivo, List defendia que os interesses dos indivíduos deveriam se concentrar num único objetivo: o progresso da nação – no caso de List, a Alemanha (Pereira, 2008). Não seriam, portanto, os esforços de cada indivíduo, orientados pelos próprios interesses, que gerariam o progresso da Alemanha, mas os esforços de cada indivíduo orientados pelos interesses nacionais.

Com esta diferença crucial, as teorias econômicas de Smith e de List tomam rumos diferentes. Se para Smith o conceito de forças produtivas remetia à força braçal de cada trabalhador, List, por outro lado, ampliou essa definição para incluir não apenas as habilidades técnicas de um indivíduo, mas também suas habilidades intelectuais, o que abrange investimentos na formação do trabalhador (Pereira, 2008, p. 94). Essa diferença, embora em parte decorrente de seus focos distintos, quais sejam, o indivíduo em Smith e a nação em List, também pode ser atribuída ao contexto histórico que cada autor viveu. Smith, contemporâneo dos primórdios da Revolução Industrial, enfatizava as capacidades físicas do trabalhador em um contexto ainda manufatureiro. Enquanto isso, List, escrevendo em uma época em que os avanços tecnológicos e a Revolução Industrial estavam mais desenvolvidos, reconhecia a crescente importância das habilidades técnicas e intelectuais, especialmente dentro da lógica de um Estado-Nação que precisava competir com outras nações industrializadas.

Em posse disso, List (2006) acusa Smith de ter tentado executar a tarefa de “[...] justificar a ideia cosmopolita da liberdade absoluta do comércio mundial”, ao invés de tra-

4 Embora List enfatize a importância das instituições para o crescimento econômico, essa crença na capacidade de as instituições promoverem vantagens aos indivíduos poderia ser vista, por alguns, como uma manifestação da racionalidade instrumental presente na teoria do *homo economicus*. Do mesmo modo que o indivíduo maximiza suas chances de sucesso investindo em instituições, as limitações dessas instituições também podem ser vistas como inerentes ao seu funcionamento. Nesse contexto, as críticas ao papel das instituições refletem diferentes ideias e contingências históricas, sem necessariamente implicar irracionalidade por parte dos sujeitos envolvidos.

tar “[...] da economia política, quer dizer, da política que as diversas nações têm de seguir a fim de progredir nas suas condições econômicas” (List, 2006, p. 268). No que tange à “economia cosmopolita” de Smith, List (2006) argumenta que no título da principal obra do escocês, evidencia-se sua preocupação com todas as nações humanas, sem se ater às particularidades de cada uma; não menos importante, ao longo da obra, Smith empenhou-se a colocar a economia mundial acima da “economia política ou nacional”, baseando-se na paz perpétua (List, 2006, p. 268).

Enfocando no conceito de forças produtivas, List (2006) argumenta que Smith estava “[...] demasiado influenciado pela ideia cosmopolita dos fisiocratas da ‘liberdade geral do comércio’, e pela sua própria grande descoberta da ‘divisão do trabalho’” (List, 2006, p. 287). Ao invés de perseguir a centralidade das forças produtivas para o aumento da riqueza, segundo List, Smith colocou apenas o trabalho material como causa da riqueza, pensada apenas enquanto coisas. Ao fazer isto, deixou de lado inúmeras questões concernentes às forças produtivas, como o trabalho intelectual “[...] daqueles que tratam da lei e ordem, cultivam o ensino e a religiosidade, a ciência e arte, etc” (List, 2006, p. 290).

Por esse motivo, List critica a escola clássica, em particular Adam Smith, por falhar em reconhecer a centralidade da nação ao tomar os fenômenos econômicos sem considerar a história e por colocar o conceito de indivíduo no centro de sua análise. Segundo List, a perspectiva individualista de Smith não leva em conta as particularidades históricas e culturais que moldam as economias nacionais. Assim, sem investigar a natureza mais ampla das forças produtivas, a escola clássica negligencia a importância de um desenvolvimento equilibrado “[...] da agricultura, das manufacturas [sic] e do comércio, do poder político e da riqueza interna, mas sobretudo o valor de uma força de manufactura [sic] específica de uma nação, desenvolvida conforme todas as suas ramificações” (List, 2006, p. 295). List argumenta que apenas através do reconhecimento dessas forças produtivas e da consideração das especificidades nacionais é possível alcançar um progresso econômico real, criticando a abordagem cosmopolita e a-histórica da economia política clássica.

Todavia, é importante considerada que o foco de Smith no trabalho material pode ser compreendido como um recorte de pesquisa legítimo, dado seu contexto histórico. Isto é, em sua época, o comércio e a economia eram predominantemente voltados para o trabalho material, e o estudo das forças produtivas intelectuais e culturais ainda não tinha o mesmo espaço nas análises econômicas. Assim, embora List veja essa limitação como uma falha e a coloque como um dos pilares de sua crítica, é possível interpretá-la como uma escolha de enfoque que refletia as condições comerciais e tecnológicas do período de Smith⁵.

5 Vale dizer que a ciência econômica, como outras ciências, frequentemente avança a partir de recortes específicos, e é papel de autores posteriores, como List, expandir e refinar essas teorias para incluir novas dimensões da análise econômica, como as forças produtivas intelectuais e o papel das instituições nacionais.

Considerações finais

A respeito da teoria de Smith, percebi que o conceito de divisão do trabalho não apenas abre sua principal obra, mas fornece as bases para as posteriores argumentações a respeito da economia. Nesse âmbito, a divisão do trabalho se revela como a unidade das forças econômicas no contexto da sociedade comercial, caracterizada pelas trocas dos diversos produtos dos trabalhos individuais. Ao invés de pensar nesta sociedade a nível de suas instituições, Smith a pensa de acordo com os indivíduos: perseguindo seus desejos e aspirações e fazendo valer seus interesses pessoais, os indivíduos contribuiriam para o progresso social.

List, no entanto, argumenta que o progresso social deve ser pensado a nível nacional, não de acordo somente com os indivíduos que compõem uma nação, mas com as instituições que a regem. Para isto, a economia política não pode se resumir às ideias cosmopolitas e ao individualismo, tendo de pensar a economia da nação ao lado de sua política, de sua moral e de sua cultura, sob o aporte do método histórico. Colocando a nacionalidade como a diferença crucial de sua economia política para as outras, List engendra uma crítica à economia política clássica e traz à história do pensamento econômico, talvez pela primeira vez, a necessidade de pensar a economia de um país de acordo com suas particularidades.

Este artigo procurou mostrar as diferenças fundamentais entre as concepções de List e de Smith acerca de quais devem ser os pressupostos da teoria econômica. De certo modo, o rompimento de List com a economia política clássica é como se fosse uma introdução, na história da economia política, à “batalha dos métodos” (*Methodenstreit*) entre a escola histórica alemã e o marginalismo, na segunda metade do século XIX.

Referências

AVILA, Róber Iturriet. **Do homem smithiano ao homo economicus: egoísmo e dissolução da moral**. Dissertação submetida ao Programa de Pós-Graduação em Economia da Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2010.

CURI, Guilherme Habib Santos. **O valor-trabalho: a substância do valor na economia política clássica**. Dissertação de Mestrado do Programa de Mestrado em Filosofia da UFMG, 2016. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/1843/BUBD-AFCP3E>>.

DE MELLO FILHO, M. S. B.; SILVEIRA, M. D. **Economia política e economia nacional segundo Gustav Schmoller**. XXIV Encontro Nacional de Economia Política, 2019.

FILHO, Alcides Goularti. List e o sistema nacional de economia política. **Leituras de Eco-**

nomia Política, Campinas, (7): 105-114, jun./dez, 1999, p. 105-114.

KUNTZ, Rolf. **François Quesnay e a fundação da economia moderna**. In: QUESNAY. São Paulo: Ática, 1984, p. 7-42.

LIST, Friedrich. **Sistema nacional de economia política**. Lisboa: Calouste Gulbenkian, 2006.

PEREIRA, L. M. P.; MENEZES, S. L. Sobre idéias e instituições: a riqueza das nações ou a riqueza da nação? As idéias de Adam Smith e Friedrich List sobre o desenvolvimento do capitalismo. **Acta Scientiarum. Human and Social Sciences**, v. 30, n. 1, 2008, p. 87-95.

QUESNAY, François. **Quadro Econômico dos Fisiocratas**. Col. Os Economistas. São Paulo: Abril Cultural, 1983, p. 249-343.

RUBIN, Isaak Illich. **História do pensamento econômico**. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2014.

SANTOS, Antonio T. L. Araújo dos; BIANCHI, Ana Maria. Além do cânon: mão invisível, ordem natural e instituições. **Estudos Econômicos (São Paulo)**, v. 37, 2007, p. 635-662.

SMITH, Adam. **A riqueza das nações**, Vol. 1. São Paulo: Nova Cultural, 1985.

SMITH, Adam. **Teoria dos sentimentos morais**. São Paulo: Martins Fontes, 2015.

